

**Série Documentos,  
Política & Teoria**

**Vol. 4**



**IV CONUNIPA: "Para as Barricadas!  
A via bakuninista frente  
às crises do capitalismo"**

---

**Imagem:**

**Capa:** Manifestação estudantil no Chile durante levante nacional contra a educação voltada para o mercado – 2011.

**“Para as Barricadas!  
A via bakuninista frente às crises  
do capitalismo”**

**Resoluções do IV Congresso da União Popular Anarquista  
Realizado no mês de fevereiro de 2010**

***Série Documentos, Política & Teoria***

***Volume 4***

# ÍNDICE

---

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1 – O COMBATE DE LINHAS: O BAKUNINISMO FRENTE ÀS CORRENTES DO MOVIMENTO DE MASSAS LATINO-AMERICANO</b>	<b>9</b>
<b>2 – A ESPECIFICIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO E A LUTA DE LINHAS DIANTE DA CRISE</b>	<b>26</b>
2.1 – A emergência do neoliberalismo e a crise atual	<b>31</b>
<b>3 – A CRÍTICA E AUTOCRÍTICA ORGANIZATIVA DO ANARQUISMO NO BRASIL</b>	<b>39</b>
3.1 – História crítica da gênese do proceso	<b>40</b>
<b>4 – CENÁRIOS DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL: CONSTRUIR “BARRICADAS”, PREPARAR UMA “LINHA” DE RESISTÊNCIA CLASSISTA E INTERNACIONALISTA</b>	<b>45</b>
<b>5 – A LINHA DE MASSAS CLASSISTA E INTERNACIONALISTA: O MODELO DAS SEÇÕES CENTRAIS E SEÇÕES DE OFÍCIO DA AIT</b>	<b>47</b>
Frente Estudantil	<b>54</b>
Frente Sindical	<b>56</b>
Frente Teórica	<b>58</b>

## APRESENTAÇÃO

---

O IV Congresso da União Popular Anarquista (UNIPA) se realizou no mês de fevereiro de 2010 numa conjuntura marcada por dois elementos fundamentais: do ponto de vista da organização, foi superada uma etapa de sua construção, em que conseguimos delinear os pilares básicos de uma teoria anarquista da revolução brasileira (um programa e uma estratégia, que devem ser aprofundados mediante a luta teórica e ideológica) e construir espaços de referência no movimento de massas; do ponto de vista da conjuntura nacional e internacional, temos uma profunda crise do sistema capitalista/ imperialista, que delinea um novo processo de reestruturação das relações de classe e do sindicalismo, que obriga os revolucionários a se colocarem com um projeto estratégico que combata o reformismo e as ofensivas burguesas.

Dessa maneira, estamos enfrentando uma conjuntura em que diferentes projetos políticos burgueses nacionalistas, neoliberais e socialistas reformistas, socialdemocratas e comunistas com traços desenvolvimentistas e nacionalistas se colocam diante da crise do capitalismo como alternativas de sua superação. A crise que se coloca em escala mundial tem mostrado que o proletariado nos países centrais (como França, Bélgica, Grécia, Itália) está retomando suas jornadas de luta. No caso dos países periféricos da América Latina as lutas continuam sendo travadas, mas sob a égide das direções governistas e de sua ligação com os governos nacional-reformistas, liderados por partidos de esquerda ou militares nacionalistas.

As classes trabalhadoras no centro e na periferia se encontram ainda sem o tipo de organização e consciência que caracterizou o sindicalismo revolucionário do século XIX e início do século XX, que animou todos os processos revolucionários. Encontramo-nos então numa ocasião histórica singular para reconstruir a corrente bakuninista como alternativa revolucionária para a classe trabalhadora, denunciando o papel contrarrevolucionário dos setores reformistas e dos governos de esquerda ou nacionalista de um lado, e de outro combatendo às ofensivas burguesas que visam reestruturar o capital para retomar o processo de acumulação.

Não somente as direções reformistas, mas todos os modelos de sindicalismo e de organização de massas de orientação socialdemocrata, comunista e nacionalista levam ao fortalecimento do estatismo e ao enfraquecimento da organização autônoma do proletariado. Assim, a crise do capitalismo encontra também o proletariado numa situação de crise ideológica e organizativa, em que o peso das velhas organizações e modelos burocratizados desvia continuamente as organizações do proletariado dos seus objetivos imediatos e históricos e as transforma em engrenagens do sistema de exploração. A crise é um momento ímpar para reorganizar a corrente política e de massas de orientação bakuninista.

Nesse momento histórico, cabe então definir como a via bakuninista se diferencia teórica e praticamente das demais correntes políticas reformistas e burguesas. O IV Congresso da UNIPA se reuniu então para analisar a crise do capitalismo e apontar uma estratégia internacionalista de luta contra o capitalismo nesse contexto. Formulou ações e táticas para a luta contra capitalismo e não estratégias para salvá-lo da crise. Uma estratégia que consiga combater a integração dos sindicatos e organização dos trabalhadores nos “projetos nacionais” e “desenvolvimentistas” dirigidos pelos reformistas e setores burgueses.

O bakuninismo é a corrente política construtora do sindicalismo revolucionário e da revolução social. A nossa tarefa é através da luta de classes agudizar a crise, aprofundá-la e torná-la crônica, preparando um desenlace revolucionário. Nesse momento histórico é fundamental que os sinceros militantes do proletariado enxerguem o papel contrarrevolucionário das correntes reformistas e encontrem uma via revolucionária. Essa via é o bakuninismo.

O temário do congresso abordou diferentes itens que visam indicar os diferentes papéis assumidos pelo anarquismo e socialdemocracia/comunismo na estruturação das classes trabalhadoras do mundo. O congresso apontou como as diferenças entre bakuninismo e marxismo desde o século XIX foram fundamentais para a história das classes trabalhadoras na América Latina. As diferenças de projetos políticos e o predomínio das correntes estatistas do sindicalismo em detrimento do sindicalismo revolucionário a partir da década de 1930 foram fundamentais para o próprio processo de desenvolvimento capitalista na região.

Assim, a análise crítica dos modelos de sindicalismo e das correntes políticas presente nelas se deu de maneira combinada com a análise e caracterização do modelo de desenvolvimento capitalista na América Latina. A especificidade do

desenvolvimento capitalista latino-americano e tipo de inserção na economia mundial influenciam também as próprias possibilidades estratégicas colocadas pela crise econômica mundial. A análise da crise exigiu ao mesmo tempo uma crítica das teorias catastrofistas acerca da crise econômica, e de outro a consideração sobre o lugar da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Esse conjunto de itens teóricos preparou o terreno para os ajustes na nossa linha política (o projeto de construção nacional) e também na definição de uma linha de massas, possibilitada tanto pelo trabalho teórico quanto pela experiência militante dos últimos sete anos. Hoje temos de forma clara e definida uma linha de intervenção no movimento de massas, um programa reivindicativo e processos reais de construção de proto-correntes classistas e combativas nas frentes estudantil e sindical.

Nesse sentido o IV Congresso definitivamente fechou um ciclo. Agora as tarefas são efetivamente o aprofundamento da luta teórica e política e o avanço na construção nacional da nossa organização e do seu braço de massas.

***Anarquismo é Luta! Ousar Lutar, Ousar Vencer!***  
***Viva a Revolução Social!***  
***Pela Construção da Organização Anarquista Inter-***  
***nacional e pela reconstrução da Associação Interna-***  
***cional dos Trabalhadores!***

## As Barricadas

Negras tormentas agitam os ares  
Nuvens escuras não nos deixam ver  
E ainda que nos esperem a dor e a morte  
Contra o inimigo nos chama o dever

O bem mais precioso é a liberdade  
Lutemos por ela com fé e com valor  
Agitar a bandeira revolucionária  
Que levará o povo à emancipação

De pé companheiro, para a batalha  
Temos de derrotar a reação  
Para as barricadas, Para as barricadas  
Pelo triunfo da revolução

## 1 – O COMBATE DE LINHAS: O BAKUNINISMO FRENTE ÀS CORRENTES DO MOVIMENTO DE MASSAS LATINO-AMERICANO

---

Para entender a atual situação da classe trabalhadora em países semiperiféricos, como os da América Latina, precisamos considerar a evolução de longo prazo e as transformações ocorridas nas formas organizacionais, políticas e sociais da classe trabalhadora. Na realidade, essa situação sofre uma profunda alteração a partir do final do século XIX e depois também no século XX.

Devemos observar que a história da expansão mercantilista, ponto de partida do desenvolvimento capitalista, gerou uma multiplicidade de formas sociais. Mas a diferença básica é que a ocupação efetiva das colônias (o controle mais profundo e intenso dos territórios e a formação de Estados) se deu primeiro nas Américas. A África e Ásia foram incorporadas de forma mais efetiva somente a partir do final do século XIX. Dessa maneira existe uma distancia de quase dois séculos entre os processos de independência da Américas e os processos de libertação nacional da Ásia e da África. Por isso a análise das lutas nas Américas é emblemática. Porque quase todas as lutas das Américas até meados do século XIX, e inclusive as independências, foram dirigidas por forças burguesas e/ou aristocráticas, tendo como apoio a classe trabalhadora de origem indígena e africana, submetida a diferentes modos de exploração (escravidão, assalariamento e outras). Assim, tivemos em diversos países da América espanhola rebeliões indígenas e escravas, como foi o caso do “bolivarianismo” na América do Sul comandadas pela burguesia creolla. No caso do Brasil, a independência foi dirigida diretamente pela classe senhorial-escravista, sem nenhum processo revolucionário.

Assim, os movimentos de resistência da classe trabalhadora nas Américas eram marcados pela mescla de ideologias liberais, elementos religiosos cristãos e uma base cultural diversificada de origem africana e ameríndia. Isso explica em grande parte que os processos de independência tenham resultado em regimes antipopulares, como no caso do México, Brasil e mesmo Colômbia e Venezuela, que aprofundaram a exploração e opressão das classes trabalhadoras nesses países. Somente a partir do final do século XIX ocorreria uma profunda

ruptura nesse padrão e os trabalhadores e povos das Américas iriam entrar em contato com uma nova ideologia: ***o socialismo, e uma nova forma de organização de suas lutas de resistência que transpassava as diferenças culturais, étnicas e profissionais, o sindicalismo classista e revolucionário originado na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).***

Para entender esse processo, precisamos entender o debate travado no interior da AIT, entre seus principais dirigentes teóricos e políticos, Marx e Bakunin. Dois pontos aqui devem ser destacados desse debate. A teoria da revolução integral de Bakunin se opunha a teoria da revolução por etapas de Marx. Em Marx, a concepção do materialismo histórico supunha o economicismo – ou seja, que o desenvolvimento das forças produtivas era o principal agente e o principal critério de orientação da política, devendo assim determinar as estratégias de luta e formas de organização dos trabalhadores. O economicismo de Marx, como criticado por Bakunin, implicava também o fatalismo. Supunha-se a inevitabilidade e mesmo a desejabilidade do desenvolvimento capitalista como pré-condição do socialismo. O desenvolvimento capitalista era medido pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, que por sua vez era confundido com o nível de desenvolvimento industrial. O sujeito da revolução por excelência era o operário industrial, que nessa teoria se confundia com o proletariado em si. Bakunin criticou firmemente esse posicionamento. Ele indicou que no plano teórico, o economicismo se equivocava, por não conseguir entender a relação dialética entre a economia e a política, o próprio papel do Estado e das ideologias na formação do capitalismo e sua relação orgânica com o processo de expansão do capital. Assim, para Bakunin a revolução burguesa não era uma etapa da revolução socialista, mas ao contrário, uma forma específica de contrarrevolução que levava a negação da revolução socialista. Ao reconhecer que o desenvolvimento industrial e econômico não era o foco central do processo revolucionário, Bakunin enfatizou também que o proletariado enquanto classe não era apenas o operariado industrial. Mas o campesinato e todos aqueles expropriados que não eram capitalistas, materialmente, integravam a classe trabalhadora. Assim, longe de fetichizar o operário industrial e saudar o desenvolvimento capitalista e industrial, Bakunin apontou a necessidade de construir a aliança operário-camponesa e apoiar as rebeliões em todos os países. E especialmente naqueles em que a relação de opressão e não integração dos trabalhadores nos compromissos capitalistas tornava mais frágil os regimes políticos e econômicos, de maneira que os países em que não tivesse se consolidado as contrarrevoluções burguesas seriam os mais propícios ao desenvolvimento da luta socialista. E assim chegamos a outro ponto do debate.

Marx e Engels definiram não somente como estratégia a conquista do Estado para a realização de reformas, subordinando assim as lutas econômicas e organizações da classe trabalhadora a isso, como definiram a prioridade levar a luta para o terreno nacional (a luta de classes seria a luta pela conquista legal ou revolucionária do Estado, mas principalmente a primeira) e especialmente para os países industrializados. Assim tínhamos uma clara hierarquização estratégica: sendo o objetivo a conquista do Estado, isso significava separar e reduzir as lutas dos trabalhadores à mera “luta econômica” (como se esta não tivesse conteúdo político) e subordinar essa a luta política (esta era reduzida a luta do Partido pela conquista do Estado); essa luta deveria ser feita onde o capitalismo fosse mais desenvolvido, porque sem isso não seria possível fazer a luta pelo socialismo, conseqüentemente, nos países do centro, especialmente Inglaterra, França e Alemanha. Aqui nós temos a síntese da política marxista engendrada dentro da AIT e que os levou a extinção da sua ala da AIT depois do “racha” de 1872-73.

Ao contrário do que a historiografia passa, a AIT não acaba simplesmente. A ala de Marx e Engels tira a prioridade da organização internacional e joga todo o peso na formação do Partido Socialdemocrata e na sua organização, e por isso extingue imediatamente sua ala da AIT depois do racha. A ala bakuninista depois da morte de Bakunin irá cair num processo interno de cisão e luta o revisionismo. Mas a estratégia bakuninista apontava que o fundamental era a organização internacionalista dos trabalhadores, não para a conquista do Estado, mas para revolução e a AIT continua sendo impulsionada. Essa luta partia das lutas econômicas que, ao contrário da visão economicista, não eram nunca apenas econômicas, mas por exigir a organização de um poder dos trabalhadores eram também dialeticamente políticas. *A centralidade do processo estava então no desenvolvimento do poder organizacional dos trabalhadores, através das lutas econômico-políticas e da Greve Geral, forma principal de expressão deste poder e de educação das massas.* Ao mesmo tempo, por não fetichizar o desenvolvimento capitalista, se colocava como estratégia a expansão da organização e da propaganda do sindicalismo e do socialismo em todos os países, especialmente entre o campesinato que era a massa da população mundial e para os países onde a contrarrevolução burguesa não tinha se consolidado. *Daí a orientação de ir para países como Espanha, Itália (a periferia da Europa) e a periferia do capitalismo mundial, ou seja, as Américas.*

O anarquismo se difunde nas Américas por conta da concepção teórico-estratégica bakuninista, que apontava a necessidade de organizar o campesinato, o “lumpesinato” e os povos da periferia. O problema é que a Aliança e a AIT

serão dissolvidas pelos processos de repressão e desenvolvimento do revisionismo, comandados especialmente por militantes como Errico Malatesta e James Guillaume, antigos membros da *Aliança*. Dessa maneira a estratégia total e sua vinculação a uma organização anarquista não foi implementada na íntegra. Mas é notório que mesmo com elementos parciais e fragmentários do bakuninismo, o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário no México, Brasil, Argentina, Uruguai, EUA e outros países das Américas se deram como desdobramento dessa luta de concepções entre Bakunin e Marx na AIT. Enquanto durante toda a II Internacional os Partidos Socialistas (inspirados no Marxismo) eram frágeis na América Latina, as organizações inspiradas nos elementos do sindicalismo revolucionário de origem bakuninista se desenvolvem como formas importantes ou hegemônicas. Assim, não é possível entender a história do movimento operário nas Américas sem entender a luta entre Bakunin e Marx a teoria anarquista-bakuninista da revolução e organização. O desenvolvimento do sindicalismo revolucionário nas Américas nessa época só foi possível por conta dessa teoria. A presença da propaganda da AIT no campo (em países como Espanha, Itália) possibilitou que, quando os Estados das Américas incentivassem a “imigração” como estratégia de formação de um proletariado industrial supostamente mais “dócil”, uma boa parcela dos camponeses e trabalhadores migrantes tivesse alguma referência de organização e luta anterior. Isso não é obra do acaso histórico, mas fruto de uma teoria e prática política bakuninista que influenciou diretamente nos rumos da AIT, mesmo quando essa entrou em crise e dissolução.

Assim, a evolução do movimento operário no final do século XIX será condicionada pelas repercussões da luta interna na AIT e pelo debate entre Bakunin e Marx. Na primeira metade do século XX três acontecimentos vão marcar uma transição para uma nova situação: a retomada do sindicalismo revolucionário e do sindicalismo “puro” na Europa, com a formação das grandes centrais CNT (Espanha) e CGT (França); as Revoluções Mexicana de 1910 e Russa de 1917; a crise de 1929. A análise crítica da evolução do proletariado semiperiférico latino-americano nos obriga a considerar como os modelos de sindicalismo assumiram características relativamente novas no continente. E ao mesmo tempo, indicar como as classes trabalhadoras reagiram e se transformaram diante da grande crise econômica global de 1929 e dos processos de lutas de classes e revoluções (que foram os fatores geradores de novas relações entre estatismo, capitalismo e forças coletivas na América Latina e no mundo). A crise de 1929 foi um marco não somente para a reestruturação do sistema capitalista, mas para as relações das classes com o Estado. De maneira geral, a partir dos processos de transformação da década seguinte, ocorrerá uma crise do sindicalismo revolu-

cionário na América Latina e de seus modelos variantes (como o anarco-sindicalismo), a consolidação de um modelo de movimento oriundo da socialdemocracia, através da formação dos partidos comunistas e socialistas e a constituição de modelos corporativistas-nacionalistas através das intervenções de Estado. A crise de 1929 mostrou a insuficiência das formas de organização do sindicalismo revolucionário.

O processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina é caracterizado por algumas conjunturas históricas específicas e que essas marcam as diferentes estratégias e formas de desenvolvimento do proletariado no Brasil, México e Argentina. A primeira conjuntura vai até a década de 1930, marco da eclosão da crise do capitalismo e de mudança do modelo de desenvolvimento capitalista no sentido do intervencionismo; o período que vai de 1940 até 1980, aproximadamente, idade de ouro do capitalismo no Brasil, México e Argentina, em que o crescimento econômico é combinado com formas de autoritarismo e ditadura militar que ciclicamente lançavam ofensiva sobre o proletariado; e uma terceira grande conjuntura que vai de 1980 até os dias de hoje, marcadas pelos ciclos de crise e estagnação do capitalismo na região, mudança do modelo de Estado e padrão de acumulação e perda de importância e de capitais para a Ásia. Durante a primeira conjuntura tínhamos a forte presença de um sindicalismo revolucionário em escala continental, com forte presença na vida política nacional dos três países. Até a crise de 1929, o sindicalismo revolucionário era uma força importante, e algumas variantes como anarco-sindicalismo na Argentina, chegaram a ter uma presença destacada na direção do movimento operário e camponês.

Mas o elemento mais importante é que o sindicalismo revolucionário, e suas variantes como o anarco-sindicalismo (do qual a principal representante é a Federação Operária Regional Argentina) e o “sindicalismo puro” foram derrotados na direção do movimento não somente pela repressão, ou por uma incompatibilidade com a nova etapa do capitalismo industrial ou pela sua superação pelas novas correntes socialistas e comunistas. Essas correntes sucumbiram especialmente por não saberem desenvolver uma estratégia para combater as contradições do proletariado e se inserir na nova conjuntura criada pela crise de 1929. Suas debilidades internas possibilitaram que muitas das principais organizações fossem cooptadas e o anteriormente poderoso sindicalismo latino-americano fosse transformado em base de apoio de diferentes governos.

O que estamos chamando de sindicalismo revolucionário é um fenômeno complexo. Mesmo sendo derivado da concepção global formulada por Bakunin dentro da AIT e difundida na América Latina no final do século XIX, a criação das novas centrais na Europa e América Latina vão se modificar. Elas vão possibilitar o surgimento de duas novas correntes, o “sindicalismo puro” (que entendia que os sindicatos seriam neutros, não deveriam ter uma orientação “política”) e o anarco-sindicalismo (que ideologizava os sindicatos). As duas correntes eram desvios da concepção original da AIT. E serão elas que vão se impor no início do século XX como concepções dominantes. A experiência da revolução mexicana (1910-1917), em que os movimentos operário e camponês assumiram tendências revolucionárias e levaram a formação de um “governo revolucionário” (de uma revolução que assumiu efetivamente uma forma “burguesa” em razão da ausência de projeto político); a experiência Argentina, com a criação de centrais que reuniam operários e camponeses, e que se configurou na disputa FORA X CGT (ou anarco-sindicalismo X sindicalismo puro, influenciado pelo sindicalismo francês); e o Brasil com a formação de um sindicalismo revolucionário de base regional, sem maior presença no campo e sem a formação de uma central sindical importante e de um movimento de massas revolucionário de abrangência nacional.

O anarco-comunismo normalmente tinha sua presença através do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário, e até nos anos 1920 os socialistas e comunistas não tinham uma presença mais forte na América Latina. Nessas três primeiras décadas tivemos a formação de organizações importantes do proletariado latino-americano nos três países: no México, a Casa Del Obrero, sob influência do PL (Partido Liberal) de orientação anarco-comunista, que manteve uma relação tensa e contraditória com o movimento camponês e antecipou várias das contradições do sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo; na Argentina a FORA, e logo depois, de uma série de centrais sindicais que conformariam uma disputa pela direção do movimento operário e camponês argentino, até a formação da CGT nos anos 1920, que se tornou a principal central sindical argentina; e no Brasil, a tentativa de formação da COB (Confederação Operária Brasileira, que não chegou a se constituir efetivamente como uma central nacional), sendo a articulação feita a partir das federações operárias regionais. Das três experiências, o caso do Brasil é mais emblemático da debilidade organizativa do proletariado.

Mas, entretanto, a força organizativa do sindicalismo e do movimento de massas no México e na Argentina não impediu que eles tivessem um destino

similar: a cooptação pelo capitalismo monopolista de Estado. O México tem uma tradição de presença das principais correntes do sindicalismo revolucionário, desde meados do século XIX. Tanto que ainda nos anos 1860, são formadas seções da AIT influenciadas por proudhonistas e bakuninistas. Mas seria no início do século XX que as experiências do sindicalismo revolucionário mexicano mostrariam suas limitações políticas e históricas. De um lado, apesar da atividade heroica do Partido Liberal Mexicano (PLM), onde atuará Ricardo Flores Magon, vindo do meio estudantil e aderindo as propostas anarco-comunistas, não consegue se constituir numa força política alternativa dentro da revolução. O PLM também agia com seu braço armado, e atuaram principalmente entre 1906-1910, articulando greves e levantamentos indígenas e camponeses. Neste mesmo período se desenvolve o anarco-sindicalismo, com caráter “antipolítico e educacionista”, que fundará a Casa do Trabalhador (*Casa Del Obrero*). No processo da revolução mexicana a Casa ficará ao lado dos constitucionalistas (Obregon e Carranza), formando os batalhões vermelhos, e contra Villa e Zapata. Assim, a Casa colaborou com os governos constitucionalistas durante o processo revolucionário mexicano. A Casa atuava praticamente com uma posição conjuntural e não aderiu a Villa e Zapata pelos seus elementos “religiosos”.

Em 1915 é assinado o Pacto de Vera Cruz entre a Casa e os constitucionalistas, mas essa relação começou a se deteriorar no final do ano quando o movimento operário começou a se radicalizar para reivindicar melhores condições de vida e trabalho. O governo passa então a reprimir o movimento e a promover uma política de colaboração, com a ajuda da formação da Confederação Regional Obrera Mexicana (CROM), iniciando assim o controle governamental do movimento operário mexicano. Neste sentido o Estado passou a ordenar o movimento e reprimiu o movimento opositor. Mesmo com a brutal repressão sobre o movimento operário e sobre a greve geral de 1916, em 1921 é fundada a CGT mexicana sob influência do anarco-sindicalismo, da Federação dos Comunistas Proletários Mexicanos e do PC mexicano. Apesar de em seus estatutos defenderem o “Comunismo Anárquico”, se filiou a Internacional Sindical Vermelha e tinha o grupo CSL atuando como FAI espanhola. Neste mesmo período se forma o Partido Laborista Mexicano, organizado por Morones que havia organizado a CROM. Com Morones no governo é organizado o estatuto trabalhista.

No México, a primeira fase da revolução mexicana se encerra com os assassinatos de Francisco Villa e Emiliano Zapata. A partir de então a revolução consolida sua direção burguesa. O movimento operário e camponês será cada

vez mais vinculado ao Estado por intermédio das lideranças sindicais e das lideranças burguesas dos grandes partidos (especialmente o PRM, depois PRI). A partir da década de 1930, depois da crise, a ascensão de Lázaro Cardenas ao poder vai marcar o início de uma política nacional-reformista, que vai através das nacionalizações (especialmente do petróleo) e da reforma agrária (com a destruição de grande parte do latifúndio e a criação dos *ejididos*), inaugurar um novo modelo de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela centralização do poder na figura do presidente e também por uma relação de apoio do mesmo e do Estado nas organizações de massa, especialmente nos grandes sindicatos nacionais e centrais sindicais. Nesse mesmo período, o Estado não somente se apoia nos sindicatos, mas começa mesmo a criar organizações sindicais que são intimamente ligadas ao Estado.

A crise de 1929 não fez com que a nova central anarco-sindicalista, a CGT, se constituísse numa rival da CROM. Nesse momento começam a surgir iniciativas da formação de uma nova central sindical, e em 1933 foi criada a Confederação Geral dos Operários e Camponeses do México (CGOCM). Essa nova central iniciaria um padrão de “diálogo” com os governos mexicanos. Mas grande parte do movimento operário mexicano estava então fragmentado e muitos sindicatos importantes estavam fora dessas centrais. O governo Cárdenas incentiva a mobilização operária dentro dos limites dos interesses do seu governo. Incentivou também que a CTM não deveria agrupar os camponeses, para evitar o seu fortalecimento. Assim, quando termina o governo Cárdenas, um novo compromisso histórico tinha se estabelecido entre a direção da revolução burguesa do PNR/PRM/PRI e os trabalhadores mexicanos, cada vez mais atrelados ao Estado e ao ideário “nacional-reformista” do período. Seria essa uma das bases do “milagre mexicano” do período 1940-1968, ou seja, do surto de desenvolvimento dependente que industrializou o país e garantiu a superexploração dos trabalhadores no quadro do sistema capitalista-imperialista mundial. Um dos elos desse sistema tinha sido integrado graças à eficácia do desenvolvimento do estatismo no interior da classe trabalhadora mexicana.

O movimento operário na bacia do rio Prata, Argentina e Uruguai têm um destino similar. A estrutura econômica argentina e uruguaia assentavam-se na agricultura e pecuária. Com a expansão imperialista do século XIX a economia da Bacia do Prata desenvolveu-se até a 1ª Guerra Mundial com base na agroexportação com um incipiente desenvolvimento industrial, principalmente na área alimentícia. Paralelamente a esse crescimento econômico o contingente populacional aumentava expressivamente, sobretudo devido à intensa imigração euro-

peia. Recebe-se 3,3 milhões de pessoas, sendo que só 25% vão para o campo. O desenvolvimento industrial com aporte de capitais externos chegou a centros urbanos como Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Córdoba. No final do século, a Argentina está entre os países periféricos que mais recebia investimentos externos, sobretudo, na criação de ferrovias. No interior permanecia o latifúndio em conflito com camponeses e populações indígenas. A área plantada com grãos passa de 0,3 milhões para 25 milhões de hectares.

Com o aumento, desenvolvimento e diversificação econômica na região, além do fortalecimento do Estado, as contradições entre capital e trabalho se aprofundaram. Ao mesmo tempo em que se formavam sindicatos e federações operárias, associações de classe patronal começaram a ser criadas (como a Sociedade Rural Argentina SRA, em 1866 e o Clube Industrial, em 1875). Na década de 1880 surgem 21 sindicatos, e são realizadas nesta década 48 greves por aumento de salário e redução da jornada de trabalho. Em 1890, é criada na Argentina a Federação dos Trabalhadores da Região Argentina. A primeira central *“obreira”* da América Latina. Com a constituição da Central intensificam as reivindicações proletárias. Por outro lado, ocorre o surgimento da União Cívica Radical. No início do século XX a repressão sobre o movimento operário aumentava vertiginosamente tanto por parte do governo como de grupos de paramilitares financiados pela burguesia e organizados por membros do exército. Em maio de 1901 é fundada a Federação Operária Argentina (FOA), já sobre influência de líderes do anarco-comunismo, como o italiano Pietro Gori, e do anarcosindicalismo, como o catalão José Prat, fundadores da FOA. Em 1903 é fundada a União Geral dos Trabalhadores (UGT), próxima dos socialistas. Em 1904, há uma cisão na FOA que levará a formação da Federação Operária Regional Argentina (FORA). Até 1909 a FORA é hegemônica, mas no mesmo ano é criada a Confederação Operária Regional Argentina (CORA) com forte influência do sindicalismo revolucionário francês.

Assim, na dinâmica da luta de classes vão se formando as organizações operárias com diferentes influências das várias vertentes do revisionismo anarquista. A repressão aumenta cada vez mais. Em 1912, é promulgada a Lei Saenz Pena que sancionou o voto universal masculino. O debate sobre a criação de uma Central operária voltará às divergências de 1904, na época da FOA. O grupo La Protesta mantém o seu **forismo**. Os anarquistas próximos ao Bandera Roja esforçar-se-iam para criação da Central a partir de 1914. Chega-se a construir um comitê de unificação, mas no ano seguinte a tentativa falha. Os protestistas são contra a criação e com isso há uma cisão na FORA, passando a existir a FORA do

V, anarco-comunista, e a FORA do IX Congresso, que congregava Sindicalistas Revolucionários, a CORA, socialistas e a poderosa Federação Operária Marítima (FOM). Ainda assim, o La Bandera ou La Bandera Roja e os grupos de afinidades em volta deste grupo continuam na FORA do V. A FORA do IX, agora com o grupo vinculado ao periódico Bandera Roja, a CORA e os sindicalistas revolucionários abandonam o padrão **forista** e realizam a unificação com a UGT. Em março de 1922 é fundada a União Sindical Argentina (USA). Na fundação não houve adesão a nenhuma internacional e na carta orgânica há uma declaração de não participação na política parlamentar. No ano seguinte, uma diversidade de grupos de afinidades próximos ao periódico Bandera Roja formariam a Aliança Libertária Argentina, na verdade uma federação de grupos de afinidade. Em 1926, é fundada a Confederação Operária Argentina vinculada aos socialistas, o que enfraquecerá ainda mais os aliancistas, já divididos.

Na Argentina, a partir do momento em que o anarco-sindicalismo entra em crise, em razão do seu sectarismo, mas também da própria crise do anarco-sindicalismo como corrente internacional, depois das derrotas na Espanha, a CGT se consolida como principal central sindical do país. Uma das principais bases da nova estrutura de poder e desenvolvimento na Argentina seria a CGT, que se constituiu no ano de 1930, pela fusão da antiga USA e COA.

A trajetória da CGT deve ser analisada criticamente, assim como de todo o sindicalismo revolucionário de inspiração francesa que se pretendia antipolítico ou “puro”. A sua trajetória mostra a facilidade com que foi integrado e como seus princípios ideológicos permitiram que suas direções fossem cooptadas pelo peronismo na Argentina. Até o início da década de 1940, as divisões no movimento operário argentino foram profundamente ideologizadas. A partir de então, a CGT consolidaria sua hegemonia e as divisões assumiriam outro caráter, sendo especialmente marcada entre aqueles que eram abertamente favoráveis à participação dos sindicatos na política nacional, e os que defendiam uma política exclusivamente corporativa e econômica. A partir de então os Partidos Comunistas passariam a ter uma atuação mais importante na América Latina como um todo. Mas seria durante o governo do Coronel Perón que estabeleceria um novo padrão de relação com os sindicatos e a classe trabalhadora. Assim, no momento em que é retomada uma saída da crise no centro, se estabelece também um compromisso na Argentina, em que algumas demandas materiais dos trabalhadores e uma participação maior e direta nas decisões de governo são realizadas. Mas essa experiência teria uma duração também efêmera. Assim como no caso mexicano e brasileiro, a ilusão da reprodução de um modelo de bem-estar social

ao estilo europeu seria desfeita por meio das ditaduras militares de inspiração fascista.

A economia brasileira também era baseada na exportação de commodities. Nas duas primeiras décadas do século XX acelera-se o processo de desenvolvimento urbano-industrial, mas alterar o caráter agrário da sociedade. O movimento operário brasileiro começa a se articular a partir dos anos de 1905-1906. Ao contrário do México e Argentina, não houve uma influência do anarcosindicalismo, predominou a visão do sindicalismo revolucionário que se centrava na ação direta e sem definir o sindicato como anarquista. A experiência da Confederação Operária Brasileira (COB) permitiu o desenvolvimento da luta de classes, e esses primeiros sindicatos permitiriam o desenvolvimento de grupos anarco-comunistas e alguns grupos coletivistas. Seria contra essa tradição de luta e organização que se desenvolveria o sindicalismo de Estado no Brasil.

Nos primeiros anos da República havia três grupos distintos com inserção no movimento operário brasileiro: Os socialistas, os anarquistas, os chamados “amarelos” e mais tarde, na década de 20, os comunistas. Os amarelos tinham como grande liderança Sarandy Raposo, funcionário do Ministério da Agricultura que militava em defesa de um projeto de sindicalismo cooperativista - um sindicalismo com caráter reformista que esboçava um atrelamento direto ao Estado. Os cooperativistas entendiam que o sindicato era a instituição básica para a realização de um acordo equitativo entre o capital e o trabalho e as cooperativas eram seus instrumentos de operação. Em 1921 foi fundada a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB). Através de iniciativas como essa, era solicitado apoio governamental para as entidades de base que seguiam as diretrizes do sindicalismo cooperativista. A CSCB era constituída de uma “bancada operária” e de uma “não operária”, da qual participavam entidades como a Liga da Defesa Nacional, a Sociedade Brasileira de Agricultura, o Centro Industrial do Brasil e o Instituto de Engenharia Militar. Esse setor do sindicalismo apontava para a colaboração entre trabalhadores, Estado e empresários como alternativa para superar os conflitos entre as classes. Por isso, eles são atraídos pela ideologia e prática política estatista, convertendo-se, na segunda metade da década de 1930, em importante base social do Governo Vargas. Trata-se de um setor que desejou e apoiou o intervencionismo estatal na organização dos trabalhadores. Portanto, os “amarelos” são os precursores do legalismo e do apego à estrutura do sindicalismo de Estado no interior do movimento da classe trabalhadora.

Os anarquistas eram adeptos do sindicalismo revolucionário e utilizavam a ação direta como método de luta no combate aos patrões e ao Estado. Caracterizavam-se pelo abandono das práticas assistencialistas e imprimiam um caráter antiestatista ao movimento operário, herança da forma de organização da Primeira Internacional dos Trabalhadores de matriz bakuninista. Portanto, havia no início do século XX dois tipos de sindicalismo, o caráter assistencialista e o sindicalismo revolucionário. Havia entre os militantes anarquistas o debate sobre qual deveria ser a relação entre o anarquismo e o sindicato (debate este presente nos jornais e publicações libertárias). A discussão era se os sindicatos deveriam se definir doutrinariamente como anarquista e aceitar apenas aqueles que se declarassem enquanto tal ou ser aberto a todos os trabalhadores e não possuir uma matriz ideológica específica. Havia ainda os socialistas herdeiros do projeto socialdemocrata europeu que defendiam a estratégia de formação de um partido e de participação na vida eleitoral, combinando ações reivindicativas com práticas assistencialistas. A crítica ao papel dos partidos políticos, aos procedimentos parlamentares e a defesa intransigente da ação direta na luta não apenas contra o patronato, mas também contra o Estado eram as questões centrais no debate entre anarquistas e socialistas.

Em 1922, é criado o Partido Comunista e um ano depois já podia se ver a aproximação entre estes e os cooperativistas. A partir de 1920 fica patente a absorção da ação partidária e eleitoral em combinação com o modelo de organização do sindicalismo cooperativista. Houve uma articulação entre este modelo de sindicalismo e a emergência de partidos políticos. Apesar da ação da classe trabalhadora ser exaltada como importante nos discursos dos “amarelos” e dos socialistas, no fim era postulado sempre a substituição da sua ação pelo Partido e pelo Estado, depositários dos interesses históricos do proletariado. É a partir da distinção de elementos ideológicos expressos nas ações voltadas para o movimento operário que se iniciou uma disputa mais acirrada entre comunistas e anarquistas pela direção de importantes sindicatos. Não se pode afirmar que a disputa se dava por projetos distintos, uma vez que os anarquistas, pela debilidade de domínio da concepção revisionista já apontada, diferentemente dos socialdemocratas, não possuíam um projeto de poder, embora adotassem a estratégia revolucionária nas ações no interior do movimento operário. Os comunistas, na segunda metade da década de 1920, passaram a disputar alguns sindicatos, tanto os liderados pelos “amarelos”, quanto pelos anarquistas. Os comunistas ao mesmo tempo em que conseguiam substituir os “amarelos” na liderança de alguns sindicatos, aderiam às práticas do sindicalismo corporativista. Na década de 1920 houve a aproximação entre comunistas e cooperativistas.

Assim, quando analisamos a experiência do sindicalismo na primeira metade do século XX na América Latina podemos destacar alguns processos fundamentais:

a) O sindicalismo revolucionário na América Latina se desenvolveu em algumas direções, como o *“sindicalismo puro”* (ao estilo da CGT argentina) ou do anarco-sindicalismo (como a FORA argentina e a COM e CGT mexicanas), e este sindicalismo, apesar de suas heroicas manifestações, sucumbiu pela combinação da repressão com os efeitos das suas próprias contradições internas. Frequentemente este movimento padecia de um antipolitismo ingênuo, que não o impedia de apoiar governos constitucionalistas, mas o impediu de apresentar uma alternativa revolucionária para as massas (como aconteceu no México durante a revolução de 1910);

b) A crise de 1929 levou a uma reestruturação da economia na América Latina, o que é amplamente reconhecido, mas também a formação de um novo padrão da relação do Estado com as classes trabalhadoras de seus respectivos países e ao ***desenvolvimento do estatismo como força dentro das organizações sindicais da classe trabalhadora (o que até então não havia acontecido na América Latina). Assim, os próprios Estados criaram um novo modelo de sindicalismo, nacional-corporativista, centrado na ideia de diálogo e colaboração com os governos e no fetiche do Estado protetor, que materializava na figura de partidos ou lideranças populistas. Esse modelo permitiu a construção de compromissos, de duração efêmera em termos da integração dos trabalhadores na estrutura de decisões governamentais, mas duradouro em termos do controle do Estado sobre os sindicatos e trabalhadores;***

c) Esse compromisso foi fundamental para o desenvolvimento econômico e a formação de uma semiperiferia na América Latina, pois assegurou a reprodução das condições necessárias à superexploração da força de trabalho na região. O estabelecimento das novas regulações trabalhistas com o apoio dos sindicatos ou com seu silêncio, obtido pela combinação de repressão e cooptação, foi fundamental para assegurar a atração do capital industrial europeu e norte-americano. O controle do Estado apresentava assim elementos mínimos de segurança;

d) Essa conjuntura de desenvolvimento econômico e governos “nacional-desenvolvimentistas” alimentaram ainda mais o estatismo na classe trabalhadora, já que não somente governos e setores burgueses estimulavam isso, mas

também os Partidos Comunistas que saíram extremamente fortalecidos da II Guerra Mundial e desenvolveram a política de via pacífica para o socialismo, defendendo muitas das bandeiras nacionalistas. Depois da superação da crise de 1929, ficou claro que o sindicalismo revolucionário tinha perecido, em grande parte devido a suas próprias contradições.

Assim, a luta de classes que ressurgiria nos anos 1960 também deixou sua marca, através das ditaduras militares fascistas. Por outro lado, os modelos de sindicalismo alternativos e hegemônicos confluíam em diversos aspectos: o sindicalismo nacional-corporativista e o sindicalismo socialdemocrata, atualizado pelos partidos socialistas e comunistas, se desenvolveram de forma limitada e contraditória, subordinada ao primeiro. Apesar disso, as lutas de classes se desenvolveriam e levariam às rupturas nos partidos comunistas e a formação das guerras de guerrilhas. Mas esses modelos de sindicalismo, depois da devastação das ditaduras, ressurgiriam com algumas novas influências na década de 1980 e tentariam reeditar a sua idade de ouro do “cardenismo e peronismo”. Essas formas seriam usadas para combater o “neoliberalismo”, que passaria a ser o principal inimigo estratégico.

Assim, podemos dizer que a formação do estatismo como ideologia e como forma organizativa hegemônica é o que caracteriza a evolução recente das classes trabalhadoras na América Latina. O estatismo representou em termos globais a intervenção do Estado em favor do capital monopolista. Em termos setoriais, a intervenção e pulverização sistemática das classes trabalhadoras. E essa pulverização teve por sua vez um resultado econômico: garantiu uma média salarial baixa e as condições para a superexploração que permitiram os investimentos externos de capitais e o desenvolvimento capitalista dependente. Assim, a “colonização” dos sindicatos é um processo interno que favorece a estrutura externa do imperialismo. A luta contra esse modelo de sindicalismo de Estado-corporativista, que é reforçada pelo modelo socialdemocrata (socialista e comunista) é pré-condição da luta socialista e anti-imperialista, o desenvolvimento da autonomia do proletariado e sua constituição enquanto classe independente é a tarefa estratégica do atual período histórico na América Latina.

A formação de um modelo desenvolvimentista com forte intervenção do Estado conseguiu cooptar setores importantes não somente das organizações sindicais, mas do próprio proletariado. As razões para esse processo são complexas: as características e contradições do sindicalismo revolucionário e suas variantes (o sindicalismo puro e o anarco-sindicalismo), o pragmatismo reformista,

o idealismo, o economicismo foram condições que possibilitaram sua atração para órbita de influência do Estado. Ao mesmo tempo, a repressão combinada com as mudanças na estrutura econômica, o desaparecimento de certas categorias de operários, possibilitou que o Estado integrasse grandes centrais e sindicatos nacionais criando mecanismos de negociação coletiva, centralizando assim em grandes burocracias o poder de representação dos trabalhadores (caso do México e Argentina) ou que fragmentasse em negociações por empresa e em sindicatos profissionais municipais a classe trabalhadora, pulverizando sua organização (caso do Brasil).

Seja pela centralização imposta ou pela fragmentação, o fato é o que o Estado impôs um duro controle sobre o sindicalismo. Mas esse não foi apenas um movimento vindo de cima. Também de dentro da própria classe trabalhadora se desenvolveu um fetichismo de Estado, seja por movimentos descentralizados pela condição objetiva de classe (formação cultural dos trabalhadores, controle ideológico, padrões de dependência clientelista) seja pela atuação das forças políticas nacionalistas e socialistas/comunistas, que ao longo de quase um século vem atuando de modo a reforçar esse fetichismo de Estado.

Nesse sentido, podemos apontar alguns fatores que ajudam a explicar a evolução contraditória do proletariado latino-americano e a situação de integração sistêmica na qual se encontra, e porque apesar das grandes revoltas e insurreições populares, o capitalismo periférico consegue atingir a sua normalização sistêmica, normalmente contando com o apoio das principais forças de oposição. Em primeiro lugar, seja por meio das centrais, seja por meio de sindicatos profissionais pulverizados, a evolução das organizações sindicais foi **sempre nacional** o que facilitou sua integração sistêmica e degeneração burocrática, uma vez que o corporativismo surgia tanto dentro de um modelo como de outro. Os sindicatos e as organizações de trabalhadores se adequaram não somente a ideologia do fetichismo do Estado, mas a própria estrutura política nacional – que limitava suas bandeiras e formas de luta, canalizando-as diante dos momentos de crise para as políticas de “salvação nacional”. Mesmo quando vinculadas a organizações “internacionais”, estas ou eram organizações apoiadas e criadas por Estados e atendiam aos seus objetivos da política externa. O “nacionalismo” assim impregnou toda a estrutura e organização do sindicalismo. Essa característica reforçou e foi reforçada pelo corporativismo, que surge espontaneamente da divisão do trabalho capitalista e foi incentivado pelo capitalismo monopolista de Estado. Houve assim movimentos voluntários de adesismo aos governos e a

vinculação ao poder central (presidencialismo e centralidade personalista do Poder executivo).

Em segundo lugar, podemos dizer que dois fatores, um de ordem objetiva e outra de ordem subjetiva, criaram uma autolimitação ao desenvolvimento do proletariado latino-americano. De um lado, o caráter contraditório da atividade sindical que combina a resistência ao capitalismo com a reprodução das relações de produção capitalistas e o pragmatismo economicista que permite frequentemente a acomodação dos trabalhadores. Essa situação objetiva da resistência proletária coloca questões fundamentais. Por outro lado, o proletariado latino-americano experimentou ao longo de um século (1900-2000) as variantes dos grandes modelos de sindicalismo (o socialdemocrata e o revolucionário) e também um sindicalismo nacionalista-corporativista de Estado. Mas esses modelos sofreram adaptações locais e sempre degeneraram em formas que facilitaram a sua própria crise. O sindicalismo puro e o anarco-sindicalismo não tinham os instrumentos organizacionais, teóricos e ideológicos para confrontar o capitalismo e superar as crises do próprio proletariado. Foi devastado pela combinação de repressão, reestruturação econômica, auto isolamento e hegemonia do sindicalismo de Estado. As correntes socialistas e comunistas foram também cooptadas pelas políticas de união nacional e frente popular, e fracassaram sob as ditaduras quando ficou claro que o projeto de “via pacífica ao socialismo” não seria viável. O desenvolvimento subjetivo do proletariado assim nunca foi assentado sobre teorias, estratégias e formas de organização que garantissem seu desenvolvimento autônomo no sentido do socialismo.

O caso da evolução contraditória da classe trabalhadora e sociedades da América Latina apresentam assim lições para os trabalhadores de todo mundo. Aqui o estatismo foi uma força estratégica de desarticulação sistêmica dos trabalhadores e viabilização da acumulação de capital. E isso foi combinado por diferentes processos, inclusive as crises e reestruturações do capitalismo, apesar dessas não serem um fator em si mesmo suficiente. Nesse sentido, não se pode enfrentar as crises do capitalismo nem visualizar um desenlace revolucionário para ela sem a compreensão das raízes teóricas e práticas das próprias crises do proletariado e de suas estratégias políticas. A “recusa da política ou neutralismo e economicismo” das correntes variantes do sindicalismo revolucionário, bem como o fetichismo de Estado levaram ao mesmo lugar: ao adesismo aos governos nacionalistas (cardenista, peronista e varguista) e a integração sistêmica dos sindicatos no aparelho Estado.

Podemos dizer então que a história das classes trabalhadoras é a história não somente das crises do capital e da do desenvolvimento das forças produtivas, mas é principalmente a história do desenvolvimento contraditório das forças coletivas do proletariado, entre diferentes modelos de sindicalismo, e sua confrontação com a evolução do estatismo e das próprias forças produtivas. E para isso é preciso romper com o economicismo empirista dos sindicalistas puros e anarco-sindicalistas e o economicismo teórico dos socialistas e comunistas, que impedem a compreensão crítica da história do movimento proletário e das contradições de sua organização. As análises dessas correntes esquecem-se do papel central das forças coletivas e das revoluções no desenvolvimento histórico, e fetichizam o efeito da crise do capital na evolução das sociedades. Isso é muito nítido na história dos Partidos Comunistas, que desmente a sua própria tese economicista sobre a evolução do movimento operário e socialista nas Américas. Segundo a versão do marxismo ortodoxo, o anarquismo, anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário teriam desaparecido por consequência da evolução industrial. Mas, quando os PCs surgem, o nível industrial não era tão diferente do nível sob o qual o sindicalismo revolucionário se desenvolveu. Essa industrialização só se daria nos anos 1940-1950; e quando se deu, na maior parte dos países os PCs não eram os dirigentes hegemônicos dos sindicatos, e logo perderiam o protagonismo, como no caso do Brasil, para partidos socialistas ecléticos, como o PT.

Nas décadas posteriores o modelo corporativista-nacionalista, junto com o conjunto dos partidos e sindicatos controlados por comunistas e socialistas, entrariam em crise durante as ditaduras militares em que houve a integração das organizações ao Estado. Os modelos marxistas seriam constantemente levados à crise: a era das ditaduras seria um momento importante da crise do sindicalismo influenciado por socialistas e comunistas na América Latina. Mas depois, diante da crise do capitalismo e das lutas pela redemocratização, essas correntes conseguiram se revitalizar relativamente, e hoje, se configuram novamente enquanto direções do movimento sejam em escala nacional, seja parcialmente em categorias importantes, sendo associadas a correntes nacionalistas ou neoliberais. Assim, qualquer política que tente enfrentar às crises do capitalismo deve compreender corretamente essa história para determinar as táticas e política correta. É isso que faremos agora, analisando de forma dialética as características do capitalismo dependente na América Latina, as razões da crise do proletariado e os efeitos da atual crise do capitalismo mundial.

## 2 – A ESPECIFICIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO E A LUTA DE LINHAS DIANTE DA CRISE

---

A concepção de Marx e a tradição da análise da socialdemocracia das crises do capitalismo se desenvolveram em duas grandes linhas: um *possibilismo teórico* associado ao reformismo em termos de política e o *determinismo teórico associado a um catastrofismo prático* que poderia estar associado a estratégias revolucionárias ou reformistas. E esse desenvolvimento aparentemente contraditório reside na contradição do próprio Marx, que teve dificuldades de conjugar sua análise econômica com a estratégia política, bem como no desenvolvimento desigual da sua teoria do capitalismo e teoria das crises do capitalismo.

Assim, para analisarmos as crises do capitalismo, devemos entender o significado das crises e definir o próprio conceito de crise. Em primeiro lugar, devemos diferenciar as *crises econômicas gerais* e as *crises parciais* e ciclos econômicos: os EUA passaram por 35 ciclos econômicos e crises parciais, mas apenas duas grandes crises gerais (1873-1893 e 1929-1941). Nesse sentido, a crise é um elemento constitutivo do capitalismo, mas nem toda crise tem o mesmo caráter. As teorias possibilistas partiram da ênfase nas “contratendências” (ou tendências neutralizadoras), e a maior parte das teorias marxistas foram levadas à defesa do papel do Estado na regulação das crises. Nessas teorias existem duas grandes vertentes: as teorias estagnacionistas/subconsumistas e as teorias da compressão salarial. As primeiras acreditam que a exploração e acumulação levam a um hiato entre produção e demanda, já que a massa salarial global é insuficiente para constituir um mercado consumidor de assalariados. Isso levaria com o tempo a estagnação econômica. O advento dos monopólios tenderia a aumentar a tendência à estagnação. Dessa maneira, os estagnacionistas visualizam que a intervenção do Estado pode beneficiar tanto os trabalhadores como o sistema capitalista como um todo, ao evitar ou superar a crise de estagnação e subconsumo. É como se as contradições básicas do capitalismo pudessem ser deslocadas para e resolvidas na *superestrutura política*.

As segundas vertentes tomam como seu ponto de partida o reconhecimento de que quando os salários reais aumentam, e/ou a duração ou intensidade do dia de trabalho diminuem, a taxa potencial de lucro cai, se os outros fatores não variarem. Uma das vertentes de tendência indica que com a compressão dos

salários a taxa de investimento pode aumentar. Outra coloca que a estagnação pode surgir da combinação entre a restrição do mercado de trabalho e atividade militante do proletariado. Mas na realidade, a compressão salarial só se daria sob certas circunstâncias, existindo a possibilidade do crescimento conjunto da taxa de lucro e dos salários e aqui se abre espaço tanto para o compromisso capital-trabalho quanto para intervenção reguladora do Estado. Grande parte das organizações socialistas, comunistas e mesmos nacionalistas, operam com esse quadro teórico. O reconhecimento da inevitabilidade das crises econômicas legitima a ideia de que essas crises podem ser resolvidas no quadro das ações da superestrutura jurídico-política. Essa solução política entra em franca contradição com o alardeado “determinismo econômico”. Na realidade, apesar do capital ser considerado como uma “força impessoal que age por si mesmo”, ele pode ser domado pela ação reguladora do Estado, o problema é que nessas abordagens, existe um salvacionismo sistêmico: se considera que o único meio de salvar o proletariado é salvando o capitalismo das suas próprias crises.

A tese da tendência decrescente da taxa de lucro dá também margem às análises deterministas que levaram a um revolucionarismo idealista ou a um reformismo cínico. Segundo Marx, a queda da taxa de lucro é dada pelo crescimento da participação do capital fixo em relação ao capital variável. É dessa análise que ele conclui que a contradição do capitalismo levaria a destruição do próprio sistema, da mesma maneira que as contradições da servidão levaram a derrocada do feudalismo. O problema é que certos setores extrapolam essa análise e consideram que o capitalismo “*se destruiria por si próprio*”, abstraindo tanto que existem forças neutralizadoras dessa tendência quanto demais fatores históricos, sem os quais a própria contradição e tendência de queda de taxa de lucro não se confirma. Esse posicionamento teórico catastrofista só pode produzir um revolucionarismo idealista que considera que o capitalismo irá se autodestruir. Ou então, uma instrumentalização oportunista-reformista, em que a tese da autodestruição é manejada como um mito por setores reformistas que consideram que qualquer estratégia e tática política podem ser adotadas (especialmente as mais oportunistas), cabendo ao proletariado apenas esperar a “*crise final do capitalismo*”. Isso faz com que toda uma série de problemas concretos (alianças, estratégias, formas de organização) não sejam considerados como fatores determinantes para a crise do capitalismo (nem as estratégias burguesas, o nível de organização e consciência do proletariado e a própria atividade e estratégia política da classe). Ignora também que a aniquilação de capitais nas crises é o meio de autopreservação, expressando o processo de luta do sistema pela sua autorregeneração. Ou seja, o possibilismo e o determinismo se apresentam como teses que

produzem ou a legitimação de políticas reformistas que analisam a crise do capital como um problema do proletariado, e que a estratégia para enfrentar as crises deve salvar conjuntamente o proletariado e o capitalismo. Ou então geram um revolucionarismo idealista, que não consegue nem enfrentar as crises politicamente nem compreendê-las teoricamente, preparando o terreno para a vitória do reformismo.

Diante das crises cíclicas, especialmente das *crises gerais*, a alternativa de gerenciar a crise através do Estado só pode se realizar por um ataque global contra os trabalhadores. Mesmo que dentro de um ciclo seja possível fazer concessões e mesmo fazer crescer a taxa de lucro de certos setores conjuntamente com os salários, uma crise faz com que esse ataque seja inevitável. E nesse sentido, abrimos espaço para a questão crucial: as crises do capitalismo são sempre crises de atores e relações concretas, o que significa, das relações entre classes (burguesia e proletariado) e entre as classes, frações, organizações e o Estado. As formas como as crises são resolvidas dependem das diferentes estratégias, formas de ação e consciência manifesta na luta entre as classes sociais. O papel do estatismo (não somente do Estado, mas das forças ideológicas e organizacionais que convergem para o Estado ou a ele se opõem) é nesse sentido central como força histórica, bem como a evolução contraditória das forças coletivas e capacidade política do proletariado, que se manifestou na formação de diferentes modelos de sindicalismo que engendraram diferentes relações no interior da sociedade capitalista. Assumindo assim que a crise do capitalismo é determinada pela tendência decrescente da taxa de lucro, o ritmo em que essa se processa é por sua vez condicionada pela relação capital-trabalho, pela luta de classes, pelas formas assumidas pela consciência e organização do proletariado e pelo papel assumido pelo Estado. O fato de o capitalismo tender para a crise só quer dizer que o proletariado precisa romper com sua própria contradição e encontrar sua salvação não na salvação do próprio sistema, mas na destruição do sistema capitalista e de si próprio enquanto classe dominada. É isso que abordaremos agora.

As economias capitalistas dependentes da América Latina têm suas raízes na Primeira Revolução Industrial, que se inicia no final do século XVIII e coincide com o processo de descolonização do subcontinente latino-americano. Nesse período, que se expande até 1930, o sistema mundo de acumulação de capitais é hegemônico pelas potências imperialistas industrializadas da Europa, sob a liderança do Império Britânico. Os Estados impérios determinaram a primeira Divisão Internacional do Trabalho, incorporando a América Latina ao sistema mundo numa posição subordinada, fornecendo matérias-primas e produtos agrí-

colas que alimentaram a expansão industrial europeia. Mas as relações de dependência e subordinação entre a América Latina e os Estados Impérios foram, e ainda são, mais profundas do que apenas trocas comerciais desiguais. Portanto, ao falar da inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho significa afirmar que o subcontinente está inserido no sistema mundo de acumulação de capitais, ou seja, da exploração em escala global da força coletiva da classe trabalhadora. E essa exploração possui dois mecanismos: o aumento da mais-valia relativa nos países centrais, pois a oferta de produtos primários a preços baixos pelas economias latino-americanas provoca a desvalorização da mão de obra naqueles países, e a superexploração da mão de obra dos trabalhadores latino-americanos. Esse último mecanismo é central para o entendimento das relações de dominação e exploração de classe na América Latina. A superexploração da força coletiva do proletariado latino-americano resulta do caráter contraditório da dependência econômica imposta pelos Estados impérios. As relações econômicas desfavoráveis provocam uma transferência de mais-valia internacional o que causa uma queda da taxa de lucro da burguesia latino-americana. Por isso, a classe dominante do subcontinente compensa essa queda da taxa de lucro com o aumento da exploração do trabalho, aumentando a intensidade, estendendo a jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e reduzindo o tempo de trabalho necessário (redução do salário e do consumo). Esse conjunto de medidas de exploração das forças coletivas do proletariado impedem a reposição do desgaste da sua força de trabalho, já que seu salário é subestimado. Esse processo é a *superexploração*.

Sendo a dependência econômica e seus efeitos sobre a exploração da força de trabalho, partes constitutivas do sistema global de acumulação de capitais, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina irá reproduzir e produzir novas formas de dependência econômica e de superexploração dos trabalhadores. Assim, ao entrar numa nova fase de seu desenvolvimento, a partir de 1930, o capital reproduz os aspectos estruturais da dependência sob um novo marco: a industrialização periférica. ***A década de 1930 se caracterizou pela profunda crise política e econômica do capitalismo*** e pelo início de uma nova fase do sistema: a etapa monopolista de Estado, quando o capital desenvolve um novo regime de acumulação de capitais, baseado na rigidez do fordismo, o Estado assume feições intervencionistas, sob os auspícios do keynesianismo.

Na etapa monopolista de Estado, as economias latino-americanas são incorporadas diretamente ao sistema de produção industrial, deixando de ser uma área exclusivamente fornecedora de matérias-primas e produtora de alimentos. A

necessidade de renovação e expansão global da atividade de produção industrial possibilitou que Brasil, México e Argentina passassem a ocupar uma posição que lhes deu o status de semiperiferia do capitalismo, pois não eram nem economias iguais aos dos países centrais, nem iguais aos demais países latino-americanos. Assim, a etapa monopolista de Estado impôs uma nova divisão internacional do trabalho, com a expansão industrial entre Estados satélites. As atividades industriais brasileira, mexicana e argentina começaram a ganhar fôlego durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com as políticas de substituição de importações. Nesse período os recursos acumulados pelo setor agrário-exportador passam a financiar indústrias de bens não duráveis e semiduráveis para abastecer o mercado interno. Mas é nas décadas seguintes que a industrialização dá um salto significativo, graças ao capital estatal investindo em infraestrutura (transporte, comunicação e energia) e nas indústrias de base (siderurgia, mineração, petróleo).

O intervencionismo estatal latino-americano atuou sob a orientação política e ideológica de governos nacionais-desenvolvimentistas, num contexto internacional de ascensão do modelo fordista-keynesiano. Assim, os governos de Getúlio Vargas no Brasil (1930-1945 e 1951-1954), Juan Perón na Argentina (1946-1955 e 1973-1974) e Lázaro Cárdenas no México (1934-1940), foram responsáveis pela criação das condições necessárias para o surto industrial das décadas de 1950 e 60. Portanto, a consolidação da segunda divisão internacional do trabalho ocorre após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por ocasião da implantação das plantas industriais das multinacionais estadunidenses e europeias na América Latina. Percebemos que o desenvolvimento do capitalismo nos Estados satélites latino-americanos possibilita o aumento da produtividade do trabalho e a ampliação da exploração das forças coletivas do proletariado, a superexploração. Desse modo o capital extrai uma *mais-valia extraordinária* da força de trabalho, ou seja, o grande capital monopolista pode reduzir o preço das suas mercadorias numa velocidade maior do que o crescimento da massa de seu capital, assim a produção da mais-valia provoca a extração de mais mais-valia.

A partir da crise de 1929, o processo de industrialização foi desencadeado não somente por uma tendência natural do capital, mas pelas lutas e contradições de classes existentes na América Latina. De um lado, as diferentes burguesias “nacionais”, especialmente do México, Argentina e Brasil, encontraram no processo de industrialização uma via para romper a crise do modelo agroexportador e reencontrar a acumulação de capital. De outro, a ruptura com o modelo anterior passou a ser estratégica para os EUA e para o capital internacional que

encontraram no deslocamento de capital do centro para a América Latina uma maneira de resguardar sua acumulação extra, compensando os custos do compromisso fordista no pós-guerra. O subdesenvolvimento relativo da periferia latino-americana foi um elemento fundamental para a constituição de um modelo de desenvolvimento econômico específico fordista baseado na cooptação dos trabalhadores e dos sindicatos no centro. Ao mesmo tempo, esse modelo induziu um padrão de desenvolvimento capitalista que bloquearia qualquer tipo de compromisso ao estilo fordista na América Latina. Todos os golpes militares no Brasil e Argentina do período (e de outros países como o Chile) expressam a dificuldade do sistema em assimilar o crescimento da participação dos sindicatos e dos trabalhadores na vida política nacional e renegociar as relações de dependência. O estatismo foi a principal via para a superação da crise na América Latina, mas ao contrário da Europa, nenhum compromisso duradouro foi estabelecido em razão da própria posição da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho e também da estratégia global de superação da crise de 1929: a de industrializar determinados países, aumentar a superexploração e garantir o equilíbrio da acumulação mundial favorável aos países do centro.

Nesse período histórico, no Brasil, México e Argentina foram estabelecidas políticas e estratégias (tanto dos partidos e associações das classes dominantes, como de partidos socialistas, comunistas e operários) que hora entravam em confluência, hora em contradição aberta. Mas as estratégias de desenvolvimento capitalistas pelo Estado (tal como preconizadas na semiperiferia) atraíram grande parte dos trabalhadores e suas organizações, o que explica as sucessivas derrotas políticas e militares do movimento operário e popular na América Latina. Depois das derrotas da era das ditaduras, a crise econômica da dívida (desdobramento da crise do petróleo de 1973) recolocou no cenário as organizações sindicais e políticas socialistas e comunistas. A emergência do neoliberalismo e sua difusão pelo mundo moldaram os processos políticos desde então. Cabe analisar o que ocorreu com a América Latina nesse período.

## **2.1 – A emergência do neoliberalismo e a crise atual**

O modelo rígido de acumulação de capitais entra em crise na década de 1970. Na América Latina a crise de acumulação se expressou especialmente em problemas macroeconômicos (hiperinflação, explosão da dívida externa, etc.), que se estenderam pela década de 1980. Para superar a crise iniciada nos anos 70, os Estados impérios impõem a reestruturação produtiva, onde o toyotismo supera o fordismo, a implementação do modelo de Estado neoliberal em opo-

sição ao Estado interventor, e a mundialização do capital. Esse conjunto de medidas constitui a ruptura com a fase monopolista de Estado e o início da fase ultramonopolista do capitalismo. As economias latino-americanas foram inseridas numa posição subordinada à nova DIT. Foram obrigadas a aplicar o receituário neoliberal, abertura da economia, desregulamentação do mercado financeiro, dolarização monetária, privatizações e desmonte da incipiente rede de proteção social, previdenciária e trabalhista, como forma de superação dos problemas macroeconômicos. No plano das relações de trabalho, a reestruturação produtiva impôs a flexibilização e precarização dos contratos de trabalho, a automação da produção e o desemprego estrutural.

Os efeitos sociais da introdução da acumulação flexível na América Latina foram dramáticos, a pobreza e a exclusão sociais foram ampliadas de tal forma que é praticamente um consenso afirmar que a década de 1990 foi “mais perdida” do que a década de 1980. Em 1980 o subcontinente tinha 136 milhões de pessoas vivendo na pobreza, segundo a CEPAL, o que correspondia a 40,5% da população, já em 1999 o contingente de pessoas vivendo na pobreza chegou a 211 milhões, 43,8% da população. A concentração de renda também se ampliou nesse período, o índice de Gini passou de 0,508 na década de 1980 para 0,522 na década de 1990. Como se vê, as medidas de superação da crise de acumulação dos anos 70 foram responsáveis pelo avanço das formas de exploração e dos seus efeitos sociais. Essa é uma das contradições do sistema capitalista identificadas pela teoria bakuninista, trata-se da taxa crescente de desigualdade, isto é, a evolução e as reformulações do sistema de acumulação de capitais implicam no aumento das desigualdades sociais e econômicas. As desigualdades sociais são maiores nos Estados satélites por causa da reprodução e da produção de novos mecanismos de subordinação e dependência econômica.

No capitalismo ultramonopolista os Estados impérios monopolizam o desenvolvimento e a produção tecnológica e científica, descentralizando a produção direta, a partir da dispersão transnacional da produção de partes e componentes de maior ou menor valor agregado. Assim, o aprofundamento da produção em escala planetária, garantida pelas políticas neoliberais e pela reestruturação produtiva, garante a obtenção por parte do capital oligopolista da mais-valia extraordinária. O estabelecimento de acordos de cooperação tecnológica e a transnacionalização dos processos produtivos possibilita a burguesia global controlar e explorar mundialmente, direta ou indiretamente, um volume cada vez maior de trabalho coletivo.

Uma das principais defesas dos setores reformistas e desenvolvimentistas, e nesse caso fazem coro com setores liberais, é do crescimento econômico, ou melhor, do Produto Interno Bruto (PIB) como principal forma de gerar emprego e combater a pobreza. Recorrendo aos indicadores conjunturais para justificar essa tese, procuram afirmar que nos últimos anos o crescimento do PIB latino-americano foi acompanhado da queda do desemprego, pois no primeiro trimestre de 2005 o desemprego urbano atingiu 10,3% dos trabalhadores, quando o PIB teve um crescimento de 4,1%, e no segundo trimestre de 2007 o desemprego caiu praticamente 2 pontos percentuais, atingindo 8,5% da população, e o PIB subiu mais de 1 ponto percentual, com um crescimento de 5,6%. Uma análise do período histórico um pouco maior mostra a fragilidade dessa argumentação reformista, pois em 1985 o índice de desemprego latino-americano era de 8,3%, com contexto de crise e crescimento econômico pífio, quando o PIB cresceu apenas 2,5%, ou seja, uma taxa de desemprego praticamente a mesma de 2007, 8,5%, ano em que o crescimento do PIB foi de 5,8%. Isso mostra que não existe uma relação mecânica entre o crescimento econômico e a geração de emprego.

No contexto da terceira DIT, identificamos um deslocamento dos investimentos oriundos dos Estados império da América Latina para a Ásia. Se entre as décadas de 1950 e 1970 a expansão capitalista de tipo fordista transformou a América Latina numa região semiperiférica do sistema produtivo e de acumulação de capitais, a partir de 1980 a Ásia assume a papel de semiperiferia em expansão, mais já nos marcos da produção toyotista e da acumulação flexível de capitais. O parque industrial da semiperiferia asiática foi desenvolvido enquanto plataforma de exportação, ou seja, voltado para atender as demandas externas de uma economia globalizada. Ao contrário do processo latino-americano, caracterizado como substituição das importações e, portanto, destinado ao mercado interno. Essa diferença se explica pelo contexto de desenvolvimento da atividade produtiva: a América Latina num contexto de acumulação rígida de capitais dentro do modelo fordista-keynesiano, enquanto que a Ásia num de acumulação flexível. A estrutura flexível da economia asiática funciona como um atrativo para os investimentos.

A crise da dívida externa e o processo de expansão do neoliberalismo têm marcado por sua vez os processos de organização e crise do proletariado nesses mesmos países. A crise do modelo de Estado intervencionista implicou certo desprendimento da classe trabalhadora dos padrões históricos de dependência frente ao Estado, mas este ainda permanece, assim como os diferentes projetos oriundos do modelo socialdemocrata e corporativista. Hoje, diante da

atual crise do capitalismo mundial são exatamente os diferentes projetos políticos que se confrontam e se apoiam sobre os modelos historicamente construídos de sindicalismo. Mas todos esses modelos convergem para o fortalecimento do Estado, seja através da defesa de um modelo de liberdade sindical ao estilo socialdemocrata, seja através da acomodação acrítica às estruturas sindicais corporativistas criadas pela burguesia ao longo do século XX.

Podemos destacar três características da nova estrutura do imperialismo e da DIT: 1) o aumento do volume dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e da internacionalização do capital é um elemento dessa nova etapa do capitalismo; 2) a intensificação dos investimentos dentro dos próprios Impérios, ou seja, no eixo Europa-EUA (que respondem juntos por mais de 60% dos IED); 3) o deslocamento dos IED dentro da semiperiferia, da América Latina para a Ásia e especialmente China.

As análises feitas até aqui permitem concluir que, em primeiro lugar, a crise dos anos 1980/90 levou a uma crise do modelo de Estado intervencionista na América Latina. Os principais efeitos da crise seriam: 1) o “retrocesso” primário-exportador com o aumento da importância da exportação de *commodities*, e a intensificação e importância dos conflitos agrários e étnicos na região; 2) intensificação da precarização do trabalho e a superexploração, assumindo assim a luta pela retomada ou defesa de direitos do antigo modelo em crise; 3) uma estagnação relativa, criando espaço para a formação de “frentes populares” pró-desenvolvimentistas ou antineoliberais. Esses três efeitos são fundamentais para a definição de uma estratégia política revolucionária para a América Latina.

Em segundo lugar, a crise do capitalismo dos anos 1980 ao mesmo tempo ajudou a abalar as ilusões no desenvolvimento nacional autônomo através do Estado. Ficou claro na era das ditaduras que esse desenvolvimento seria feita de acordo com os termos ditados pelo imperialismo. Mas no exato momento em que essa crise se deu as forças políticas de orientação stalinista, trotskista e nacionalista, principalmente recriaram a sua ilusão dentro da luta de classes. As diversas forças políticas vêm investindo na reconstrução de um projeto de desenvolvimento autônomo. Em termos internacionais, esses projetos se transformam em uma linha “neopopulista” através dos diferentes tipos de governo de frente popular que consolidaram na América Latina depois das crises e insurreições do período 1997-2003 (especialmente Argentina em 2001, Equador em 2000 e Bolívia 2003-2005).

Assim, o produto final dos ciclos iniciados pela crise da dívida, foi um movimento regional de integração de sindicatos, movimentos populares e partidos (comunistas, socialistas ou trabalhistas) nos projetos burgueses, seja aqueles hegemônicos (neoliberais) seja os não hegemônicos (os desenvolvimentistas ou populistas). Essa integração será mais duradoura quanto menor for a contradição entre as políticas desses setores e as estratégias de acumulação de capital. A integração dos Partidos Comunistas e Socialistas e de grandes sindicatos e centrais se fazem no contexto neoliberal, em que o próprio papel da América Latina declina no quadro estratégico da acumulação mundial de capital. A desagregação da URSS e o deslocamento do centro estratégico de acumulação da América Latina para a Ásia possibilitou que no pós-ditadura certas forças políticas operárias e socialistas fossem integradas em compromissos “nacionais”, alguns deles com origem e fortes bases em partidos socialistas e organizações de massa (como no caso do Brasil de Lula, Uruguai de Tavaré Basquez, Bolívia de Evo Morales, Chile de Michelle Bachelet) ou como cisões tardias de cúpulas militares e elites “nacionalistas” (Hugo Chávez na Venezuela, Néstor Kirchner na Argentina). A suposta onda “populista” na América Latina, como repetição histórica tem se aproximado mais da farsa do que da tragédia: isso por conta da reestruturação do capital e pelos próprios compromissos que tais forças políticas estabelecem com a salvação do capitalismo da “crise do neoliberalismo”. Ou seja, depois das insurreições populares que se sucederam em diversos países, depois do ciclo de crises dos anos 1980/90, o seu principal legado tem sido a normalização do capitalismo (para utilizar uma feliz expressão de James Petras), que não afeta em nada a nova Divisão Internacional do Trabalho imposta pelo imperialismo.

A atual crise mundial não pode ser analisada e compreendida, como fazem algumas análises marxistas ortodoxas, como o fator único e principal da derrocada do capitalismo. A atual crise do capitalismo mundial encontra a América Latina num contexto de fortalecimento de governos de tipo frente popular, boa parte deles com bases e apoio de massas. E as principais respostas de comunistas e socialistas convergem com as alternativas nacionalistas burguesas tentando reeditar uma idade de ouro perdida (nunca realmente alcançada) do capitalismo latino-americano.

A análise e caracterização da atual crise econômica mundial, e das possibilidades e limitações que coloca para a luta do proletariado internacional, devem ser confrontadas com a análise das políticas estratégicas das forças políticas do proletariado e da burguesia. Isto porque vem se conformando um campo de convergências entre setores nacionalistas burgueses, antiliberais, e setores co-

munistas e socialistas/nacionalistas da classe trabalhadora (representado pelos partidos socialistas, comunistas, operários, trabalhistas e etc.) que apresentam como solução para a crise estratégias que fortalecem o estatismo e se apresentam como alternativas para a salvação do capitalismo periférico da crise. Isto porque a “crise” vem sendo alardeada por setores reformistas e nacionalistas como uma ocasião para materializar a sua política “antineoliberal”. As duas décadas de hegemonias neoliberal nesse sentido estão fortalecendo ideias estatistas que pretendem revitalizar as políticas nacional-desenvolvimentistas que evocam um discurso socialista. Isso cria um campo de confluência com a estratégia e teoria marxista clássica para os países da periferia mundial e para as lutas “anti-coloniais”. Nesse sentido, as contradições dos modelos de sindicalismo historicamente analisados, no momento da crise de hoje encontram ainda mais dois obstáculos teóricos e estratégicos: o nacional-reformismo representado pelo chavismo e as teorias etapistas do marxismo (presente em quase todas as correntes marxistas).

Vários autores apontam que o principal aspecto da crise de 2008 (mas que teve ensaios em 2006 e 2007) é que ela está sinalizando para o fim de um ciclo econômico de expansão da economia global e induzindo mecanismos de reestruturação do capitalismo que podem ter diversas consequências econômicas e geopolíticas. Assim Chesnais (2007) e Corsi (2009) apontam para uma ruptura de um longo ciclo de acumulação de capital iniciado nos anos 1960, que expressa uma nova configuração do capitalismo mundial. Essas análises ao mesmo tempo em que apresentam elementos em comum com várias análises de partidos reformistas (como o PCdoB e PT do campo governista, e do PSOL e PSTU da oposição de esquerda reformista), trazem elementos que permitem uma formulação crítica da ótica bakuninista da crise. Uma análise crítica da crise, de uma perspectiva revolucionária, não pode nem insistir no catastrofismo nem ignorar os mecanismos que desestabilizam o capitalismo. Cabe então entender como a atual crise econômica coloca possibilidades e obstáculos para diferentes projetos políticos. Mas para isso, é preciso entender os mecanismos da crise e fazer uma correta caracterização da mesma.

A análise da crise do capitalismo deve ser feita levando em consideração diferentes aspectos. Em primeiro lugar, a diferenciação entre os efeitos de curto prazo ou imediatos, e os efeitos de longo prazo ou históricos. Enquanto os primeiros são mais nítidos no atual momento, e começam a se definir, os segundos são apenas virtualidades. Em segundo lugar é preciso colocar o debate que realmente importa: qual é o caráter da crise e sua especificidade histórica. Nesse

sentido, o debate principal não é se ela é uma crise de “crédito/financeira” ou uma “crise clássica de superprodução”, mas sim qual é a especificidade histórica dessa crise, qual o cenário político e ideológico que ela encontra e que mudanças e efeitos podem provocar nele.

A atual crise é uma crise estrutural de grandes proporções. Isso se evidencia, pois ela efetivamente apresenta uma ruptura no processo de acumulação, comparável à crise de 1929. O ritmo da desaceleração econômica foi muito similar. Do ponto de vista do curto e médio prazo podemos dizer que a economia latino-americana apresenta uma maior vulnerabilidade diante da crise em razão da estrutura do comércio externo e sua posição na divisão Internacional do trabalho. A atual dependência da exportação de produtos primários faz com que a América Latina tenha uma maior vulnerabilidade que muitos países asiáticos, exportadores de produtos intensivos em tecnologia. Mas apesar disso, as condições favoráveis em termos de dívida pública e de comércio exterior permitem que no curtíssimo prazo a economia brasileira tenha um crescimento econômico significativo, maior do que o de Argentina e México. A América Latina como um todo entrará numa fase expansiva. As principais tendências da economia mostram que apesar da crise na América Latina, especialmente no Brasil, não ter tido o mesmo efeito recessivo que em outras economias, que caso as condições econômicas (especialmente a produção na Ásia e uma certa recuperação nos EUA) não melhorem, a crise tende a se aprofundar nos próximos anos, atingindo significativamente a América Latina e os governos de Frente Popular que se propuseram a gerenciar o capitalismo nacional e construir um modelo alternativo ao neoliberalismo. Logo, a crise pode criar conjunturas ao mesmo tempo favoráveis a princípio para as plataformas reformistas e levá-los a crise por terem de realizar confrontações com a classe trabalhadora, para realizar os ajustes exigidos pelas pressões objetivas da crise. Este é talvez um dos principais aspectos da atual crise mundial, que pode iniciar um novo ciclo global de intensificação da luta de classes.

Dessa maneira, quando analisamos as crises gerais e cíclicas e seus efeitos sobre as sociedades na América Latina, vemos que na realidade as crises não resultaram em ocasiões catastróficas para o capitalismo. As análises possibilistas extraíam lições práticas reformistas de uma interpretação relativamente correta, de que a crise poderia ser superada por ações do Estado capitalista. Da correta possibilidade passaram a desenvolver o papel ativo na superação e salvação do capitalismo. A análise catastrofista, estagnacionista, normalmente não conseguiu criar as condições corretas de ação. Não vendo a capacidade do sistema se rege-

nerar, implicava ações voluntaristas e análises rígidas, antimaterialistas, que ignoravam o que todos podiam ver. Assim o economicismo levava a esperar que a crise econômica resolvesse todas as questões do proletariado ou que o dever do proletariado seria colaborar para resolver a crise do capitalismo. Com isso se negava o papel central da luta de classes e se reduzia as lutas econômicas dos trabalhadores aos meros interesses salariais, separando essa luta da crítica da exploração, até o ponto de recusar qualquer papel para a luta de classes. O fator fundamental é que as análises da crise orientadas pelo possibilismo e pelo determinismo teórico, ambas numa estrutura geral economicista, não conseguem chegar a uma compreensão teórica correta da história e dos problemas da classe trabalhadora. Consequentemente não conseguem desenvolver estratégias de ação eficazes para enfrentar a crise do capitalismo e a crise de organização do proletariado. Sistemáticamente capitulam diante da crise do capitalismo, aderindo aos governos e políticas de salvação do capital. Sistemáticamente são promotoras da crise do capitalismo, ao jogar essas organizações na integração ao estatismo e as estratégias burguesas desenvolvimentistas e neoliberais. É por isso que a partir desse balanço das crises do capitalismo, iremos definir as tarefas da organização política e as tarefas para luta de massas.

### 3 – A CRÍTICA E AUTOCRÍTICA ORGANIZATIVA DO ANARQUISMO NO BRASIL

---

Esse histórico crítico do desenvolvimento proletário na América Latina deve ser confrontado com um balanço crítico da história recente do anarquismo no Brasil e América Latina. No Brasil, como de maneira geral na América Latina, o anarquismo perdeu sua expressão de massas com a crise do sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo. O que ficou foram pequenos grupos de anarco-comunistas, educacionistas e individualistas, um “anarquismo genérico” pequeno-burguês e sem nenhum tipo de preocupação com a intervenção na luta de classes. Ou seja, o anarquismo não era uma corrente politicamente organizada, tornou-se cada vez mais uma referência genérica de um universo pequeno-burguês, literário e semiacadêmico, ou mesmo contracultura. Predominava como referência os “Centros de Cultura Social” que agrupavam individualistas e intelectuais sem expressão, coletivos de propaganda e ainda grupos contraculturais agrupados sob a bandeira do “anarco-sindicalismo” (mas sem qualquer relação com o histórico anarco-sindicalismo). Essa era a situação em 1995-96, quando houve uma mudança no processo histórico.

A UNIPA, constituída em 2003, foi o resultado de um processo de organização iniciado no Rio de Janeiro em 1996, como parte da chamada *Construção Anarquista Brasileira*, convocado pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU). Esse processo levou a construção da *Federação Anarquista Gaúcha* e de coletivos em diversas partes do Brasil, inclusive no Rio de Janeiro, que se tornariam a *Organização Socialista Libertária* (OSL). Essa organização teve várias ações, mas tinha um problema estrutural de organicidade, falta de teoria e linha política. Apontando já essas críticas a maioria do coletivo, a OSL-RJ rompeu com a organização em 1998-99 e constituiu o Laboratório de Estudos Libertários (LEL), visando acumular discussão e experiência para retomar o processo em outro patamar. A OSL seria extinta e permaneceriam alguns coletivos (no RJ, o LEL, em São Paulo o que depois tornar-se-ia o coletivo Luta Libertária e a FAG no Rio Grande do Sul). O único coletivo a encaminhar a luta teórica e levar a frente à necessidade de um desenvolvimento da teoria anarquista como ponto de partida da reorganização foi o LEL. No ano de 2002 especialmente, esse trabalho foi realizado de forma intensa, e

resultou na formação da UNIPA em 2003. Nesse ano a organização apresentou sua profunda crítica ao que identificou como revisionismo e ecletismo, que domina hoje ainda na maioria dos antigos grupos educacionistas, mas principalmente, dentro do FAO (Fórum do Anarquismo Organizado) constituído por iniciativa da FAG e do extinto Luta Libertária (que virou OSL-SP antes de se dissolver). Essas organizações tentam sob a bandeira do “especificismo” convocar a construção de uma organização. E essa insistência sob o especificismo indica uma debilidade teórica e ideológica.

### 3.1 – História crítica da gênese do proceso

A Construção Anarquista Brasileira foi convocada pela FAU, organização que nos anos 1960 tinha tido um importante papel na luta de classes no Uruguai. Ela tinha passado por um processo de cisão interna no início dos anos 1960, que tinha separado o setor considerado como “sintetista”. A FAU indicou a centralidade da teoria e produziu um importante documento, o COPEI, sobre a luta armada. Mas a FAU não conseguiu avançar na teoria. Formada por setores do movimento operário e antigos membros da Guerrilha Urbana uruguaia e espanhola, ela teve um real enraizamento de massas. Mas depois dos anos 1970, quando lança a O.P.R. (braço armado da FAU) ela será destruída pela repressão. E terá também equívocos de linha política, inclusive com a liquidação da FAU.

A FAU seria reconstruída nos anos 1980 com a libertação dos presos políticos e a chegada de novos militantes. Mas aqui é que se dá uma diferença fundamental, a FAU reconstruída é distinta da FAU histórica por dois motivos: a) ela não tinha a mesma composição de classe e o mesmo grau de desenvolvimento da experiência revolucionária em todos os níveis; b) ela não deu seguimento ao impulso de ruptura com o sintetismo nem de desenvolvimento teórico que a FAU-Histórica realizou. Dessa maneira, a FAU-Histórica definiu as tarefas, mas a FAU da reconstrução, pós-ditadura, não deu prosseguimento a elas. Consequentemente, ela foi cada vez mais tomada por orientações ecléticas que hoje predominam pelas suas referências superficiais ao anarco-comunismo de Malatesta e sua definição de “especificismo” como marca de sua política (que leva a uma autolimitação do seu desenvolvimento). Assim, a defesa estratégica que é subjacente ao especificismo é da “organização anarquista como um fim em si mesmo”. E há um equívoco fundamental na sua oposição de “especificismo” ao “sintetismo”. O especificismo é apenas a defesa da necessidade de organização política anarquista, que Malatesta defendeu contra os individualistas no final do século

XIX e início do século XX. Mas o problema é que várias correntes revisionistas defendiam a necessidade dessa organização, todas elas com profundas e radicais diferenças em relação à definição do papel da organização: os anarco-sindicalistas espanhóis criaram a FAI (Federação Anarquista Ibérica), que praticamente era um braço armado da CNT; a proposta de síntese surge na metade da década de 1920 como tentativa de reunir individualistas, anarco-comunistas e anarco-sindicalistas (inclusive Malatesta reconheceria como a mais adequada ao seu pensamento). A única reação antirrevisionista seria a proposta plataformista que faria a crítica da concepção sintetista e anarco-sindicalista. Ou seja, a proposta da FAU de defesa do especificismo tenta apenas se contrapor ao “individualismo” em termos genéricos, mas na prática assume o caráter típico do sintetismo adaptado a nova situação histórica.

Em termos teóricos a FAU se tornou vulnerável a duas influências burguesas típicas da década de 1990, que se refletiria na sua linha de massas. Os discursos pós-modernos de negação da luta de classes e da negação da centralidade do conflito capital-trabalho, com deslocamento da centralidade para a “cultura” e “comunidade” – ou seja, locais de moradia, comunicação e propaganda. Essa teoria faz parte de um movimento reacionário na Europa. Essa perspectiva pós-moderna se refletiu na linha de priorizar a atuação em “bairros de periferia” e “rádios comunitárias”, não conseguindo compreender a lógica da reestruturação produtiva e definir uma tática correta. Ao mesmo tempo, mantém ainda uma tergiversação diante do marxismo “heterodoxo”, aquele difundido no Brasil como “democrático de base”, e ainda com as próprias referências anarco-comunistas educacionistas, que se adaptam perfeitamente bem as teses pós-modernas.

Assim, a FAU ajudou a criar uma concepção “romântica” e acrítica, que se transforma numa linha de ação semicooperativista e completamente sem posicionamento diante das contradições e problemas globais da luta de classes. O que importa no plano de massas, assim como no da política, é a existência da “organização” de massas, que se torna também um fim em si mesmo. E quanto mais cultural e deslocada do conflito capital-trabalho, mais coerente essa linha se vê. E assim se condena a uma pobreza teórica e a ingenuidade política dentro do movimento, sendo orientada por um seguidismo romântico dos “excluídos” e “marginalizados”. Basta ver que a FAU e FAG que defendem a atuação junto ao proletariado marginal.

Essa posição ecletista tentou ser debatida pela UNIPA, que no ano de 2003 realizou reuniões com a FAG, o Luta Libertária e tentou realizar uma discussão geral com essas duas organizações e a FAU. Todas essas organizações tomaram conhecimento da posição bakuninista e da defesa de uma mudança da linha de construção no Brasil. Mas essas organizações simplesmente bloquearam a discussão, ao chegarem às reuniões acordadas para discutir teoria e documentos formulados pela UNIPA, simplesmente “declaravam não ter lido os mesmos” e “mudavam a pauta”. Assim, a ausência de discussão teórica foi decisiva para o período imediatamente posterior. A linha influenciada pelo pós-modernismo e pelo romantismo cooperativista dominante na FAU foi transplantada para o Brasil através da FAG e do FAO, e mostrou sua verdadeira natureza por meio de omissões e capitulações do período 2004-2010, quando a FAG e o FAO apenas fizeram declarações genéricas e não tiveram nenhum posicionamento sobre a luta interna e cisão na CUT, e a disputa de projetos estratégicos dentro do conjunto do movimento sindical e popular. E quando tomaram uma posição, se colocaram do lado da corrente mais oportunista e de direita, a Intersindical, que defendia envergonhadamente a CUT e a impossibilidade de cisão e reorganização. Nesse tempo, não somente não tiveram posições críticas sobre o conjunto do movimento de massas, atuando a reboque de movimentos sociais governistas como o MST, mas se diluíram como no caso de São Paulo dentro de setores de direita do movimento sindical, como a ASS (corrente ligada a Intersindical hegemônica pelo PCB, contrários a fusão com a CONLUTAS). E depois desse período não há nenhuma avaliação crítica dessa atuação, o que apenas confirma a nossa tese que se não houvesse um redirecionamento de linha, o ecletismo tenderia a se tornar cada vez mais contraditório e seria levado a políticas de direita no movimento de massas.

Nesse sentido, o IV Congresso pode confirmar as teses e orientações da organização. Foi decisiva a ruptura e o combate aberto ao ecletismo, sem isso, o anarquismo no Brasil estaria condenado à esterilidade. E essa luta de ideias apenas honra a memória dos militantes heroicos como Bakunin, Makhno e Balius e torna viva por meio dessa luta não somente seu pensamento, mas sua ação. Essa ruptura teórica permitiu que a UNIPA se colocasse sem sectarismo e sem reboquismo, dentro dos principais temas do debate político-social no Brasil. Dentro do processo de cisão na CUT, defendemos a necessidade e a viabilidade da ruptura. Contribuímos em várias categorias para a luta por essa ruptura, inclusive defendendo em sindicatos como o SEPE (Servidores da Educação do RJ) a ruptura com a CUT e filiação do mesmo a CONLUTAS, quando o PSTU e PSOL, que dirigiam a CONLUTAS, votaram contra essa proposta. Ou seja, a nossa intervenção

não somente contribui para marcar a crítica da CUT, mas para desmascarar o caráter oportunista dos setores que dirigiram a cisão. O mesmo aconteceu no Congresso da CONLUTAS e em diversas reuniões da sua Coordenação e assembleias de base em diversas categorias. O resultado desse processo foi que a UNIPA não somente contribuiu para desgastar e denunciar o caráter degenerado da CUT, mas a viabilidade de romper com a mesma. A experiência da CONLUTAS mostra que é possível construir organizações de massas mesmo contra o gigantismo das burocracias sindicais comandadas por partidos de massa.

Mas a UNIPA deu até o presente contribuições teóricas iniciais que são talvez suas contribuições mais importantes. A história do anarquismo depois que a UNIPA lançou suas resoluções não é mais pensada como uma hagiografia, mas como uma luta de tendências e ideias. Criamos a nova tese da origem histórica do anarquismo no século XIX por Proudhon-Bakunin, a centralidade da Aliança, de uma forma nunca antes articulada e descobrimos o processo de revisão iniciado pós-Comuna de Paris por Malatesta e depois Kropotkin, mostrando como isso se deu. Algumas de nossas ideias, atacada pelos ecletistas e revisionistas, hoje são reproduzidas por algumas organizações como a FARJ e alguns intelectuais que nem sequer se dão ao trabalho de falar que essa tese não é deles. Falam como se essa concepção fosse tivesse simplesmente “surgido” tentando assim harmonizar a crítica ou simplesmente se apropriar de forma oportunista de ideias sem citar os autores das mesmas.

A segunda contribuição, ainda mais importante é o início de uma **teoria anarquista contemporânea**: enquanto os reivindicados “anarquistas” falam da história do anarquismo como peça de museu (sem nenhuma base teórica), nós construímos conceitos e teses a partir do pensamento de Bakunin, e hoje essas teses são reconhecidas e debatidas no meio político e acadêmico, enquanto os que acusavam o bakuninismo de “invenção”, “impossibilidade”, “estreiteza” não conseguem produzir nada a partir dos autores que consideram “legítimos” (como Malatesta e Kropotkin), apenas continuam falando de anarquismo, mas sem ter uma base teórica e conceitual própria (e aí lançam mão ora do marxismo, ora do pós-modernismo e/ou do pensamento burguês mais reacionário, sem nenhuma crítica) fazendo análises cada vez mais pobres e distantes da realidade. O bakuninismo hoje tem conceitos e uma estrutura própria de teses a partir da qual a análise pode ser realizada. O ecletismo apenas nega a possibilidade de teoria e seus intelectuais quando vão teorizar teorizam no campo intelectual a partir do pensamento burguês, “defendendo a democracia e fortalecimento do Estado”, ou ideias pós-modernas, como alguns dos intelectuais do FAO. Assim, a TARB

(teoria anarquista da revolução brasileira), definida como prioridade em 2003 teve uma importância capital na ruptura e luta contra o ecletismo. Isso porque ela logo se tornou uma ruptura na luta no campo de massas, com o reformismo e o governismo e no campo ideológico. Esse processo teórico se transformou em uma diferença de linha de massas.

Por fim, mesmo surgindo em condições adversas, a UNIPA conseguiu avançar na construção nacional atingindo três regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste) e cinco estados, através da construção dos PNs (Pró-Núcleo) e dos CAP (Coletivo de Apoio e Propaganda). O mesmo aconteceu com o início da construção de uma proto-corrente estudantil nacional e o início da consolidação de uma frente sindical. A tarefa então é aprofundar o processo de construção nacional. E isso passa pela definição de uma Linha de Massas classista e internacionalista, que expressa a diferença da via bakuninista em relação ao ecletismo anarquista, ao marxismo em suas diferentes variáveis e as formas burguesas.

## **4 – CENÁRIOS DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL: CONSTRUIR “BARRICADAS”, PREPARAR UMA “LINHA” DE RESISTÊNCIA CLASSISTA E INTERNACIONALISTA**

---

Uma análise materialista e dialética precisa observar as relações de classes e os movimentos das forças econômicas que servem de base para as políticas do Governo Lula. E ao mesmo tempo, ver como o Governo Lula e o Bloco Reformista PT/PCdoB tenta incidir sobre tais condições, no sentido de favorecer a acumulação de capital. O novo cenário econômico internacional é favorável a um intervencionismo estatal relativo, às políticas fiscais expansivas (aumento dos gastos públicos) e ao maior controle do Estado sobre o capital financeiro. Esse cenário foi perfeito para o PT e o PCdoB fortalecerem a tese da “disputa” de linhas dentro do Governo, entre setores neoliberais e setores desenvolvimentistas. O PT e o PCdoB estão conseguindo neutralizar a oposição de direita no congresso e manter o apoio do empresariado. Ao mesmo tempo revitalizam a força da CUT e CTB no movimento de massas depois da breve crise de 2003-2005. A crise foi providencial para o PT, o Governo Lula e os setores governistas do movimento. Hoje eles se apresentam com sua legitimidade renovada: são os setores que tem um programa de reformas e de fortalecimento do Estado para combater à crise. As contradições no campo “antigovernista” aglutinados anteriormente na CONLUTAS, que não rompeu com o sindicalismo de Estado e ficou a reboque da CUT e CTB, dão também um novo “fôlego” ao governismo e ao discurso de “desenvolvimento nacional” – grande artifício ideológico utilizado pelo Governo petista.

O cenário da luta de classes em 2010 é extremamente favorável às correntes estatistas e reformistas do movimento, especialmente o PT e o PCdoB. Porém, esse é apenas um cenário que pode mudar, caso certas condições econômicas internacionais modifiquem. Em primeiro lugar, a evolução da crise econômica mundial é um elemento fundamental. Caso a recessão econômica nos países centrais não seja superada (e vários elementos indicam que não será), e caso alguma outra região (no caso, a Ásia) não consiga formar alguma outra bolha especulativa para fazer girar o processo de acumulação em escala mundial, dificilmente os instrumentos “expansivos” e o poder de um futuro Governo Dilma Rousseff para combater os efeitos da crise irão se manter. Ou seja, um prolongamento da crise no centro deve implicar que ela alcance os principais países

da América Latina, arrastando-os para a crise e aprofundando-a em escala global. Isso pode provocar então novas mudanças no cenário político nacional. E isso pode provocar também uma crise do próprio governo e das forças políticas e sindicais dirigente no país. Num cenário como esse, o bloco governista PT/PCdoB e CUT/CTB irão, assim, ver-se diante de um problema: sustentar o governo Dilma Rousseff, só que aí, não mais com o discurso e políticas floreadas de “desenvolvimentistas e progressistas”, mas sim coordenando um novo ataque contra os trabalhadores e uma nova reestruturação do capital no Brasil.

As perspectivas de médio prazo indicariam (caso a crise econômica se confirme e os demais fatores políticos e econômicos se mantenham inalterados) que um futuro e provável Governo Dilma terão condições menos favoráveis que as atuais. E terá de assumir o confronto contra os interesses dos trabalhadores, reduzindo o déficit fiscal que tenderá a crescer e protegendo os interesses dos latifundiários e do próprio capital associado. Mas a questão é que isso pode acontecer em um ano ou em quatro, cinco, dependendo da evolução dos fatores econômicos e políticos. Temos então dois cenários distintos dentro do atual contexto de crise, o de curto prazo e o de médio prazo. **No curto prazo o setor reformista e governista (PT e PCdoB) sairá fortalecido na conjuntura de crise.** No médio prazo, é possível que mais uma vez o bloco governista tenha que coordenar um ataque à classe trabalhadora (como foi na ocasião das reformas de 2003). E essa seria uma ocasião para a criação de uma alternativa nacional de sindicalismo, um sindicalismo de tipo revolucionário de massas.

## 5 – A LINHA DE MASSAS CLASSISTA E INTERNACIONALISTA: O MODELO DAS SEÇÕES CENTRAIS E SEÇÕES DE OFÍCIO DA AIT

---

O balanço feito pelo IV CONUNIPA é positivo, a organização possui uma atuação na frente estudantil já minimamente consolidada e caminha agora para a estabilização de mais duas frentes de luta: *a frente sindical e a frente teórica*. No primeiro Congresso (1º CONUNIPA) sistematizou-se uma importante concepção organizativa sobre **Luta Ideológica** e **Luta Política**, que atualmente nos faz retornar a elas: *“Estas três Tarefas [agitação, propaganda e organização] é que auxiliam na definição das duas formas de luta da organização: a Luta Ideológica e a Luta Política. A luta ideológica (composta pelas atividades de agitação e propaganda) não supõe a luta política (composta pela organização + propaganda ou agitação ou ambas), mas a luta política compreende a luta ideológica.”* Através de tal diferenciação, nos é permitido fazer uma avaliação qualitativa e a diferenciação de atividades meramente propagandísticas e “educacionistas” (que são agrupadas sob a noção de luta ideológica) e percebermos que para passar a uma luta política efetiva (essa entendida enquanto lutas coordenadas pela organização) é preciso *organizar base*. *Essa é a nossa diferença fundamental*. O crescimento quantitativo e qualitativo da organização expressa a capacidade de iniciar novas frentes de trabalho com a luta ideológica e passar a luta política (que engloba a luta ideológica). Ressaltando que a noção bakuninista de luta política engloba também a de luta econômica.

Essa apreciação é ainda mais importante quando visualizamos a construção da organização como uma tarefa de longo prazo. No nosso II Congresso estipulamos algumas etapas para avaliar a construção da organização e o avanço ou recuo do nosso trabalho. Nesse sentido, é fundamental lembrar que a primeira etapa é exatamente a que nos encontramos: *1ª Etapa: “Ir ao Povo”: Objetivos: Consolidar a Organização Política Revolucionária Anarquista e o seu Braço de Massas; expandir ambos na Cidade e no Campo. Construir organizações populares autônomas em meio ao proletariado do campo e da cidade, principalmente a população mais pobre, que se encontra na sua grande maioria sem organização política; desenvolver a luta ideológica dentro do movimento de massas, difundindo o programa socialista revolucionário e combatendo o reformismo, criando uma política popular, estimulando a separação do proletariado da política bur-*

*guesa; fazer do anarquismo uma alternativa organizativa real para as massas”.*

A essa caracterização deve ser adicionada a análise de conjuntura: a tarefa da construção de nossa organização coincide com o período histórico de refluxo do conjunto do movimento sindical-popular, com hegemonia reformista no movimento, que no atual período é também governista. Os setores de oposição são dirigidos por uma variação desse reformismo hegemônico, e as organizações de trabalhadores são tuteladas pelo Estado em quase todas as suas formas. O primeiro período de uma estratégia de longo prazo: “Ir ao Povo”: é um período de lançamento da palavra de ordem de construção da organização que se dá num processo dialético de construção das suas frentes.

Desde 2004 tínhamos definido com clareza dois grandes objetivos: 1) construir uma corrente estudantil nacional; 2) construir uma Escola de Pensamento de sociologia bakuninista, para fazer a intervenção no campo intelectual e aprofundar a luta teórico-ideológica. Outra tarefa era iniciar o trabalho sindical. Não adianta querer saltar etapas, nem por meio do voluntarismo, nem adotar o liquidacionismo reformista. É preciso compreender que a dinâmica da luta de classes é uma dinâmica histórica, que opera num tempo que não é necessariamente o tempo subjetivo da vida dos indivíduos. Processos podem levar décadas – mas podem se precipitar em poucos anos. É por isso que é fundamental que o trabalho de construção da organização seja visto não como uma tarefa cataclísmica nem messiânica, mas como um trabalho de indivíduos organizados, para executar tarefas em certa conjuntura histórica.

O Congresso reunido reforçou a necessidade de uma **forte disciplina dos militantes da organização anarquista**, que atuando como vanguarda (e não como retaguarda) das lutas proletárias devem estar a altura dos mais diversos níveis de intensidade da luta de classes (legais ou clandestinos), na capacidade de dirigir as lutas e na capacidade de atuar como **amigo do povo**. É somente através da disciplina não imposta de cima para baixo, mas consentida individualmente e coletivamente pelos militantes que dão suas vidas pela **causa do povo** que a organização anarquista pode realizar as funções da luta diária e seu objetivo histórico: a emancipação do proletariado através da revolução social violenta. Tal formulação encontra seu amparo na teoria de Bakunin e da Aliança, assim como nas experiências históricas da Makhnovitchina e da FAU-histórica. A disciplina e o compromisso devem ser estimulados nas Frentes de Massa da organização, buscando aglutinar nas oposições e núcleos proletários (sessões centrais) aqueles militantes mais disciplinados e comprometidos com a causa do povo.

É necessário para o desenvolvimento de uma Linha de Massas classista e combativa resgatar, desenvolver e aplicar à realidade das lutas sindicais e populares, as contribuições teóricas de Mikhail Bakunin sobre as “seções centrais” e as “seções de ofício”, quando este diferenciou as estruturas organizativas da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT): *“A seção central, já dissemos, foi o primeiro germe, o primeiro corpo constituinte da Associação Internacional em Genebra; ela deveria, continuar a ser sua alma, a sua inspiradora e propagandista permanente. É neste sentido, sem dúvida, que muitas vezes se lhe chamou de “Seção da Iniciativa”. Ela criou a Internacional em Genebra, deveria conservar e desenvolver seu espírito. Sendo todas as outras seções corporativas, os operários estão aí reunidos e organizados não pela ideia, mas pelo fato e pelas próprias necessidade de seu trabalho idêntico. Este fato econômico, o de uma indústria especial e de condições particulares de exploração desta indústria pelo capital, a solidariedade íntima e particularmente os interesses, as necessidades, os sofrimentos, a situação e as aspirações que existem entre todos os operários que fazem parte da mesma seção corporativa, tudo isso forma a base real da sua associação. A ideia vem depois, como explicação ou como explicação equivalente do desenvolvimento e da consciência coletiva e refletida deste fato”*. As Seções Centrais agrupavam os proletários socialistas ou combativos, aqueles que já tinham uma compreensão da necessidade da luta de classes e seus métodos, eram os proletários conscientes, seja da revolução socialista, seja da necessidade de desenvolver a luta de classes em geral: as Seções Centrais são formadas pela “vanguarda do proletariado”. Mas Bakunin acrescenta ainda que a AIT só poderia crescer e se massificar por conta das “seções de ofício”, ou seja, aquelas que agrupavam os operários não pela defesa do projeto da AIT em si (a emancipação dos trabalhadores) ou pelo seu grau de consciência mais avançado, mas pela luta concreta e específica por suas reivindicações econômicas e políticas no local de trabalho: *“Está claro que somente as seções de ofício podem dar uma educação prática a seus membros e que estas somente podem conduzir a organização das massas proletárias na Internacional, sem a qual a poderosa participação a Revolução Social nunca será realizada”*.

Ou seja, **mesmo no interior das organizações de massas, existe uma diferenciação de graus de consciência que podem ser mensurados na diferenciação destas estruturas organizativas**. E mais que isso, a organização de massas deve permitir e encorajar a sua ramificação nos locais de trabalho (por isso a denominação de Seções de Ofício). A própria caracterização organizativa da AIT remete uma reflexão maior sobre o **método materialista de mobilização do proletariado**, onde as condições materiais das massas e a luta político-econômica

nos locais de trabalho são a base real da vida das organizações proletárias e de seu desenvolvimento. Existe na teoria bakunista da organização de massas uma relação entre a vida material dos trabalhadores, suas reivindicações mais íntimas/**particulares** e diversas, com a ideia/concepção **geral** da luta de classes, da emancipação e da luta socialista, organizada e explicada nas Seções Centrais e de forma mais global e no nível mais avançado da luta de classe: no **Partido Revolucionário Anarquista**. As Seções de Ofício, no entanto, são indissociáveis das Seções Centrais, estando dialeticamente vinculada a elas, ou seja, **as Seções de Ofício não podem desenvolver uma força revolucionária sem as Seções Centrais, pois se perderiam na luta meramente “corporativista” por melhorias econômicas, assim como a vitória revolucionária não pode ser efetivada sem o desenrolar da experiência prática de luta do povo e a ampla participação das massas proletárias do campo e da cidade: “para interessar e para arrastar todo o proletariado na obra da Internacional, era e é preciso aproximar-se dele não com ideias gerais e abstratas, mas com a compreensão real e viva dos seus males reais”.**

O Congresso entendeu que é necessário aplicar e desenvolver no Braço de Massas da Organização (em suas frentes Sindical e Estudantil) a concepção teórica das Seções Centrais e de Ofício, garantindo que as Frentes não se “asfixiem”, ou seja, que se fechando somente em Seções Centrais com os camaradas mais conscientes não consigam empreender as tarefas necessárias de organização e mobilização popular. As Seções Centrais estão compreendidas em nossa realidade como os pequenos núcleos de oposição e os órgãos centrais de agremiação das forças combativas, e devem trabalhar junto às bases das categorias. É necessário ir ao povo, como dizia Bakunin: *“a primeira coisa que eles deviam fazer, e efetivamente fizeram, foi organizar, em volta de cada organização central, tantas seções de profissão quantas indústrias diferentes existissem”*. Porém, nessa conjuntura de refluxo e crise de organização do movimento de massas brasileiro é importante ressaltar que: a) ***Tendo em vista a conjuntura de hegemonia governista no movimento de massas, pode existir um isolamento dos pequenos núcleos revolucionários e opositores, com o fortalecimento do setor reformista e seu papel dentro do Estado. É importante salientar que um aprofundamento da crise econômica e novos ataques ao proletariado podem vir a precipitar novas lutas dando assim um novo fôlego à nossa construção;*** b) ***O papel fundamental da atual conjuntura não é tomar a direção nacional do movimento de massas brasileiro. As tarefas primordiais que se colocam para os revolucionários anarquistas é consolidar seu Braço de Massa organizado nacionalmente, formando oposições para a disputa local e regional das organizações proletárias***

***rias, estabelecendo nestes níveis nossa hegemonia.***

Será justamente o trabalho das oposições, orientadas corretamente por uma linha de massas combativa e classista, desgastando o governismo e o reformismo, que construirá as condições necessárias para a conformação de um **movimento nacional de oposições sindicais-populares-estudantis**. A constituição de tal movimento é tarefa importante para unificar os militantes combativos e aplicar corretamente uma política de reorganização das lutas proletárias.

Nesse sentido, a análise da evolução contraditória da classe trabalhadora na América Latina, do desenvolvimento capitalista, do estatismo e suas relações nos colocam como tarefa geral em nível de massas: ***luta contra o estatismo em geral, e sua forma ideológica e organizativa particular, os sindicatos atrelados ao Estado e as burocracias sindicais, seja pelo modelo fascista-corporativista, seja socialdemocrata***. A Bandeira político-organizativa geral deve ser encaminhada exatamente pelas seções centrais, ou seja, pelos núcleos iniciadores das oposições de base. Essa bandeira será traduzida em duas iniciativas: a construção de uma ***Organização Tipo-Tendência***: agrupar os trabalhadores mais ativos e mais conscientes sob uma base econômico-reivindicativa e político-organizativa. O primeiro poder que os trabalhadores têm que conquistar é o poder sobre suas próprias organizações, isso é autonomia. Essa organização visa impulsionar as lutas e dar um direcionamento específico por meio de um programa de reivindicações e táticas diferenciadas de ação e organização; a ação direta no local de trabalho, a greve geral e as organizações intercategorias de base. Esse tipo de organização assumirá a forma de oposições, mantendo sua forma de organização diferenciada das entidades representativas dos trabalhadores. Dessa maneira, a organização de Tendência que propomos irá combinar a dialética das “seções centrais e seções de ofício”, exatamente para agrupar para ação as minorias ativas nos locais de trabalhadores e os trabalhadores que estejam dispostos a fazer a luta imediata pelo seu programa.

Podemos dizer que o processo de cisão da CUT que resultou na CONLUTAS está se esvaziando. As grandes centrais (CUT, CTB, Força Sindical, Confederações, CMP) assim expressam a hegemonia do estatismo, e pulverizam a organização dos trabalhadores e travancam a luta de classes. O cenário para o próximo período indica um grande cerco. Todo o território da classe trabalhadora está colonizado por colaboracionistas. É preciso então em cada local de estudo, trabalho e moradia, construir uma Barricada de Luta Classista e Internacionalista. Essa barricada serão as oposições. Para romper o cerco e construir uma linha de resis-

tência classista e internacionalista, que serão as organizações de oposição nacionais de massas, a tendência classista e internacionalista, é preciso primeiro construir essas barricadas. Impedir o avanço do estatismo e do neoliberalismo, e a pulverização da classe trabalhadora.

Para isso devemos ter clareza que as centrais e a maioria dos sindicatos serão possivelmente veículos para paralisar e combater a luta dos trabalhadores. Assim, como a experiência das grandes centrais sindicais da América Latina que capitularam, devemos ter uma posição crítica. Mas a crítica não se transforma em niilismo e imobilismo. Transforma-se numa linha de ação alternativa. Como os Sindicatos e demais organizações de trabalhadores se encontram sob tutela do Estado e controlados pela burocracia, uma palavra de ordem fundamental será a convocação de **Comissões de Base**. Essas Comissões devem ser criadas em cada local (empresa, unidade produtiva, unidade de ensino, unidade de trabalho rural) para juntar o que o capitalismo fragmentou: as diferentes categorias ocupacionais e ofícios, os trabalhadores temporários e permanentes, precarizados e integridos. O objetivo único dessa forma organizativa é o de realizar a luta por meio da Greve, Boicote e demais formas de Ação Direta. Coordenando todos os trabalhadores e/ou estudantes na Base. Essas **Comissões de Base** devem convocar assembleias e reuniões de todos os trabalhadores sempre que o sindicato ou associação de representação se apresentar inoperante ou abertamente contrários à luta de classes.

Essas comissões são formas temporárias, irão representar uma forma de ginástica de sindicalismo revolucionário, ou seja, exercitar e fortalecer nos trabalhadores a estrutura de consciência de classe e o corpo organizativo por meios de organização informal. Esse caráter temporário reflete um momento do desenvolvimento da força coletiva do proletariado, já que o objetivo é fazer com que essas organizações tornem-se perante os trabalhadores expressão do seu poder organizacional e conseqüentemente expressão permanente de sua representação. Mas isso não se dará artificialmente, mas a partir de recorrentes experiências de luta através dessas formas organizativas. A convocação das *Comissões de Base* será assim o a tática para o próximo período, como forma de criar focos de resistência e oposição nos sindicatos dominados pela burocracia pelega e oficialista ou então totalmente tutelados pelo Estado. *Levantar as Barricadas!* É a palavra de ordem da tática antiestatista e anti-neoliberal para agrupar os trabalhadores em torno do *programa econômico-reivindicativo e político-organizativo*. E a Barricada é construção das oposições e das Comissões de Base, como alternativa à capitulação das centrais sindicais e dos movimentos sociais e estudantis.

Essa linha de massas está de acordo com a ideia da necessidade de um **desenvolvimento harmônico global**: *“O peso do predomínio ideológico burguês nas massas, reforçado pelo reformismo operário do Partido Comunista, desintegroou aos olhos de alguns revolucionários a viabilidade de uma linha de massas revolucionárias. Identificaram as modalidades reformistas de ação ao nível econômico da luta de classes com a luta econômica em si. Isto ocultou a eles a perspectiva de uma prática revolucionária ainda no nível econômico, o mais elementar da luta de classes. A ação sindical lhes pareceu então pouco relevante politicamente, demasiadamente limitada ou inútil a alguns revolucionários, impacientes frente à lentidão com que a classe operária processa seu ascenso desde o nível da luta econômica ao nível da luta política. Não avaliaram que este trânsito pode postergar-se mais ainda, pode não dar-se, inclusive, se a luta econômica é dirigida pelo reformismo. Não viram que a luta econômica, sem deixar de sê-lo, mas sob direção revolucionária, é o fundamento primário do desenvolvimento da consciência de classe, que é consciência política, consciência dos interesses históricos de classe. Mas sob direção reformista este processo de maturação pode retardar-se, distorcer-se e congelar-se por longos períodos”* (COPEI). O conceito de desenvolvimento harmônico global desenvolvido pela FAU-Histórica visava sintetizar uma crítica da linha revolucionária foquista e do reformismo dos partidos comunistas (ainda hoje em vigor, com pequenas variações). O seu principal sentido era mostrar como se podia fazer a luta econômica e reivindicativa (político-sindical) combinada com a luta ideológica (combate ao reformismo) e as formas avançadas de luta na época (insurrecionais).

Nesse sentido, **o desenvolvimento harmônico global para nós adquire o significado de criar as frentes de luta e organizar as nossas correntes (estudantil, sindical e intelectual) de maneira dialética, dentro de uma conjuntura específica de cerco da hegemonia reformista**. Mas dentro dessa concepção é sempre a atividade de luta que precede a organização, ou seja, os nossos militantes têm de estar preparados não somente para intervir em organizações existentes, mas para gerar condições para a criação de novas. Nesse sentido, tal como definimos em nossos documentos, a luta política surge sempre como resultado e avanço da luta ideológica (ações de propaganda e agitação). Saltar da luta ideológica para a luta política é dar um passo à frente. Saltar da luta política local para lutas regionais ou nacionais é um passo maior ainda. E saltar das lutas nacionais setorializadas (exemplo: greves setorializadas) para uma luta global (exemplo: greve geral) é um estágio ainda mais avançado, o que não significa que seja um processo linear.

## Frente Estudantil

Atualmente a frente estudantil da organização demonstra um avanço e está estabelecida por uma rede nacional de estudantes organizados em oposições classistas e combativas. A partir de junho de 2009, na “Plenária do Movimento Estudantil Classista e Combativo” paralela ao Congresso Nacional de Estudantes – CNE, congresso organizado por fora da UNE, porém, puxado pelos paragovernistas do PSTU, desde então os estudantes combativos atuaram no sentido de construir esse “movimento de oposição antigovernista”, construindo uma organicidade maior e um caráter nacional, como ferramenta inicial, mas fundamental, na reorganização do Movimento Estudantil.

Atualmente, no Movimento Estudantil, vivemos um período pós-ocupações de reitorias, sendo que tais ocupações marcaram um período histórico no Movimento Estudantil brasileiro em 2007-2008. As ocupações, que em sua grande maioria foram organizadas por fora da UNE, foram sabotadas do início ao fim pelas forças paragovernistas e reformistas: PSOL e PSTU. Um exemplo é a ocupação da USP em 2007 (primeira e principal ocupação deste ciclo) onde a linha reformista e paragovernistas de tais partidos levaram estes a não apoiarem a ocupação em seu início (ela se deu pela própria base organizada) e no auge das ocupações em São Paulo (UNESP, UNICAMP, etc.) votarem durante seis assembleias seguidas pela desocupação. Quase todas as ocupações tinham como fundo de suas pautas reivindicativas a luta contra o REUNI, um dos principais projetos da Reforma Universitária do Governo Lula/PT. Porém, para manter a unidade com os setores governistas organizados na UNE a linha do PSTU e PSOL foi a de impedir o desenvolvimento das ocupações e seu caráter antigovernista. Tal foi um dos principais fatos que dentro do movimento estudantil levaram dissolução do campo antigovernista antes organizado na CONLUTAS e a criação da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre, nova entidade formada no CNE em 2009 que organiza os estudantes “dentro e fora” da UNE.

O coroamento da política pelega e paragovernismo da ANEL/PSTU foi a defesa, neste ano de 2010, de um Projeto de Lei para revogação o REUNI onde se afirma em informativo da direção da ANEL que *“somente com um projeto como o PL podemos alcançar a universidade que queremos: democrática, livre, pública e de qualidade”*. Ou seja, depois de sabotar as ocupações (métodos de ação direta concretos para derrotar o REUNI), os paragovernistas pretendem utilizar um PL para disputar internamente no Estado Burguês e “reverter” as Reformas Neoliberais para a educação.

O IV Congresso delimitou objetivos a serem alcançados na frente estudantil no sentido de desenvolver e fortalecer a militância combativa da proto-corrente estudantil, os principais objetivos são: a) Lançar oposições classistas e combativas e disputar as eleições para os DCEs nacionalmente: Tais oposições a DCEs devem congregam os militantes combativos e mais esclarecidos da necessidade da disputa geral do movimento estudantil, ou seja, tem o papel de disputar as linhas políticas gerais do movimento estudantil pautando uma política classista e combativa (seções centrais); b) Criar e/ou multiplicar os coletivos de curso e disputar as eleições para CAs e DAs: Tais coletivos de curso devem congregam aqueles militantes que buscam fazer a luta mais objetiva de cada curso, mesmo que ainda não tenham a clareza quanto a disputa geral do movimento de massas brasileiro (seções de ofício); Tal tarefa está vinculada e deve ser orientada para o enraizamento da proto-corrente estudantil nas bases estudantis; c) Estender a propaganda para as Escolas Secundaristas (Estaduais e Federais) e criar núcleos combativos nas escolas, seja pelo Grêmios ou por fora deles; Disputar eleições para os Grêmios (seções de ofício) e criar organismos/estruturas interescolares de unificação dos grêmios e núcleos combativos onde os secundaristas possam debater mais afundo a reorganização do movimento estudantil em geral (seções centrais) ; d) No plano nacional, intensificar as ações dentro do movimento de área, defendendo sua reorganização a partir dos Congressos de Base, combatendo o “encontrismo desorganizador” e disputando o Movimento de Área politicamente através da formação de blocos nacionais de oposição, que unifiquem os coletivos de curso.

Na atual conjuntura deve-se ampliar a disputa de linhas políticas dentro do Movimento Estudantil, através da polarização com o reformismo, seja em sua faceta governista (PT e PCdoB) ou paragovernista (PSOL e PSTU). A denuncia e o combate a UNE e UBES (organizações governistas) se tornam obvias a partir do momento que estas se colocam ao lado justamente dos ataques aos estudantes e a educação, e o combate aos paragovernistas se estabelece no momento em que estes, por sua linha política reformista, são incapazes de reorganizar o movimento de massas e na prática caminham contra tal reorganização. A plataforma político-organizativa contra o governismo deve estar ancorada numa critica maior ao reformismo e ao parlamentarismo, que é sua raiz política histórica, desde a fundação do PT, CUT e refundação da UNE na década de 1980. A construção de uma plataforma de luta antigovernista e conformação de um bloco antigovernista (separado e em oposição política e organizativamente ao governismo) é o único meio capaz de reorganizar a luta de massas no Brasil.

Devemos também encampar a denuncia aos revisionistas desorganizados quando estes atuam dentro dos movimentos. É necessário ressaltar que os revisionistas aparecem como elementos de potencialização e perpetuação da decadência do movimento de massas gerada pelo refluxo e crise de organização do proletariado: O resultado de tal política só pode descambar para a despolitização, individualismo pequeno-burguês e complacência com as políticas neoliberais do Governo e da Burguesia (pela própria incapacidade teórica e organizativa de se colocar em oposição). O discurso desorganizador e defensor de modelos “artesanais”/informais de organização deve ser desmascarado como burocrático e incapaz de alcançar a participação e mobilização da ampla massa de estudantes.

### Frente Sindical

A análise das lutas sindicais dos últimos anos aprovada no IV Congresso apontam que as tarefas da luta sindical estão sendo emperradas por conta das formas de organização corporativista e a tutela estatal sobre os sindicatos. Atualmente as principais tarefas da União Popular Anarquista são consolidar a Frente Sindical onde já existe atuação e iniciar a luta ideológica na Frente Sindical pelos novos núcleos da organização, assim como é fundamental estabelecer uma organicidade nacional em tal frente. Nos próximos anos deve-se concentrar esforços na formação e recrutamento de militantes na frente estudantil e no seu deslocamento para intervenção na frente sindical, garantindo sua continuidade militante de acordo com a linha da organização, política decorrente da necessidade de um desenvolvimento harmônico global: articulação dialética entre todas as frentes da organização. Dessa maneira, entre as reivindicações dos trabalhadores devem estar vinculadas também aquelas bandeiras de luta relativas à mudança e autonomia as suas próprias organizações.

Dado o quadro da frente sindical, é preciso combinar **Bandeiras Organizativas** com as **Bandeiras Reivindicativas** (econômicas e políticas). Nesse sentido, a luta contra burocracia sindical e o corporativismo será plasmada na luta pela construção de novas ferramentas de luta, mesmo que essas sejam temporárias e para finalidades específicas de mobilização.

O IV Congresso entende que o processo de fusão da Intersindical-CONLUTAS vai liquidar um espaço que tínhamos até então, resultando no fortalecimento do sindicalismo pelego e corporativista da CUT e CTB. Ao mesmo tempo, isso vai criar um vácuo, que vamos ocupar com a bandeira organizativa de criação das **Plenárias de Movimentos de Oposição** que possa representar uma ferramen-

ta de organização da classe construindo um **movimento nacional de oposições que organize e tenha um programa que abarque todas as frações da classe trabalhadora, que seja: sindical, popular e estudantil**. Iremos priorizar as palavras de ordem: 1) A construção de oposições ou coletivos dentro dos sindicatos; 2) Convocar a construção de Comissões de Base e que unifiquem as lutas das categorias (campanhas salariais, negociações coletivas) que priorizem a greve e a ação direta como métodos de luta, deve ser uma das nossas principais bandeiras; 3) Defender a organização dos precarizados, terceirizados na luta e organização sindical. Além disso, existem as bandeiras reivindicativas econômicas que foram nos últimos anos muito tolhidas pelos setores reformistas (governistas e paragovernistas); 4) Iniciar a propaganda bakuninista em meio as categorias do proletariado rural e campesinato brasileiro.

Nesse sentido, cabe dar as lutas salariais um caráter de confrontação com a política neoliberal, seja na iniciativa privada, seja no serviço público, através de: 1) reajustes salariais; estabilidade no emprego; 2) incorporação dos terceirizados ao quadro efetivo; 3) Redução da Jornada de Trabalho para 30 horas; 4) reintegração de demitidos por conta das crises; 5) aumento salarial para os servidores públicos federais e estaduais.

O Congresso apontou como tarefas principais para a consolidação de uma linha sindical classista e combativa: a) Combater a estrutura e ideologia do sindicalismo de Estado. Como proposta de rompimento com tal estrutura construir “comissões por local de trabalho”/ “Comissões intercategorias de base” que preparem o enfrentamento real aos patrões, rompendo com o divisionismo imposto pelo desenvolvimento do capitalismo ultramonopolista; b) Construir Oposições Sindicais com o objetivo de reorganização do movimento sindical brasileiro. Tais oposições devem disputar as direções dos sindicatos, se colocando como alternativa de luta para os trabalhadores, porém, devem romper definitivamente com a política de “chapas de oposição” conformadas pelos acordos de cúpula e rebaixamento de bandeiras com objetivos meramente aparatista.

A junção das **Bandeiras Organizativas** e **Bandeiras Reivindicativas** e suas defesas nas instancias de luta e organização do proletariado, através da **Estratégia Revolucionária** (anticolaboracionismo, antiparlamentarismo, ação direta, greve geral, etc.), constituirão a verdadeira **Barricada Organizativa e Programática** dos anarquistas na luta sindical. Tal Trincheira Programática (Bandeira Organizativa + Bandeiras Reivindicativas + Estratégia revolucionária) é entendida como a trincheira a ser estabelecida e defendida, na luta ideológica e luta política de

massas, necessária para reconstrução do sindicalismo revolucionário no Brasil.

## Frente Teórica

A organização deliberou também pela construção de uma corrente intelectual-teórica, para agrupar militantes e intelectuais bakuninistas que serão responsáveis pelo desenvolvimento teórico e aplicação do bakuninismo na análise dos principais problemas sociológicos e de economia política brasileira, visando intervir nos debates intelectuais nacionais hegemonzados pelos neoliberais, desenvolvimentistas e marxistas ortodoxos, visando combater suas teses e dar subsídios para as lutas dos trabalhadores, com a qual manterá uma relação orgânica. O desenvolvimento dessa frente intelectual-teórica será realizado nos próximos anos, como parte do desenvolvimento harmônico global e intensificação do processo de desenvolvimento da teoria, contribuindo para a superação do estágio que foi alcançado até agora. Nesse sentido os temas principais dessa luta teórica são: a) história do socialismo, da classe trabalhadora e da luta de classes; b) questão agrária e desenvolvimento capitalista; c) reestruturação produtiva e sociologia do trabalho; d) diversidade das formas de dominação e opressão. Esses temas serão desenvolvidos como parte da luta teórica, exatamente para dar respostas alternativas aos principais problemas do proletariado e orientar no processo de resistência e organização.

Dessa maneira as principais resoluções teóricas, organizativas e de massa podem ser assim resumidas. Intensificar o trabalho de agitação, propaganda e organização bakuninista e a construção nacional. Aplicar a linha na frente de massas, desenvolvendo dialeticamente a luta político-econômica e a luta teórica. Empregar a tática de construir “barricadas” de resistência no próximo período de cerco governista e pelego, atacar e desgastar as grandes estruturas reformistas. Essas barricadas serão as oposições que vão tentar sempre ganhar a direção local dos movimentos de luta dos trabalhadores convocando as *comissões de base* – expressão da autonomia do proletariado e luta contra a burocracia e o estatismo. Essa é a nossa linha política e de massas para o próximo período até o V Congresso em 2013.

## Construção do Comitê de Propaganda da UNIPA

Como o objetivo de divulgar a teoria e a ideologia bakuninista e intervir na luta de classes, a União Popular Anarquista (UNIPA) está fomentando a construção de *Comitês de Propaganda* por todo o país.

Os *Comitês de Propaganda* têm a função de distribuir os boletins e os documentos da UNIPA, organizar seminários e debates, bem como auxiliar com apoio material em geral. Além de contribuir com informes locais, podendo enviar textos e análises, que poderão ser publicados de acordo com nossa política editorial, e também propor pautas para os boletins.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convidamos todos os companheiros e companheiras para difundir sua teoria e sua ideologia.

***Ousar lutar, ousar vencer!***

## Construção de Pró-Núcleos da UNIPA

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de Pró-núcleos da UNIPA por todo o país.

Além da propaganda, os *Pró-núcleos* da UNIPA atuam na luta de classes a partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

**Entre em contato: [unipa\\_net@yahoo.com.br](mailto:unipa_net@yahoo.com.br) | [www.uniaoanarquista.org](http://www.uniaoanarquista.org)**

“O Congresso reunido reforçou a necessidade de uma forte disciplina dos militantes da organização anarquista, que atuando como vanguarda (e não como retaguarda) das lutas proletárias devem estar a altura dos mais diversos níveis de intensidade da luta de classes (legais ou clandestinos), na capacidade de dirigir as lutas e na capacidade de atuar como amigo do povo. É somente através da disciplina não imposta de cima para baixo, mas consentida individualmente e coletivamente pelos militantes que dão suas vidas pela causa do povo que a organização anarquista pode realizar as funções da luta diária e seu objetivo histórico: a emancipação do proletariado através da revolução social violenta.”

\*\*\*

### *As Barricadas*

Negras tormentas agitam os ares  
Nuvens escuras não nos deixam ver  
E ainda que nos esperem a dor e a morte  
Contra o inimigo nos chama o dever

O bem mais precioso é a liberdade  
Lutemos por ela com fé e com valor  
Agitar a bandeira revolucionária  
Que levará o povo à emancipação

De pé companheiro, para a batalha  
Temos de derrotar a reação  
Para as barricadas, Para as barricadas  
Pelo triunfo da revolução

Resoluções do IV CONUNIPA